



# PELA REUNIFICAÇÃO DA ÁREA MAXAKALI

Minas, quem te viu nascer merece teu respeito

SECRETARIA DE AÇÃO PELA CIDADANIA - MG

Outubro/1990

## Apresentação

Os Maxakali, hoje em número de 100, tem suas terras no município de Bertópolis, Vale do Mucuri - MG.

Dados como extintos ou em fase de extinção por parte da imprensa, por alguns pesquisadores ou mesmo por pessoas que se espantam pelas condições subhumanas de vida a que vem sendo submetidos ao longo dos anos, Eles tem marcado a história indígena de Minas.

Na verdade, marcados por todo tipo de discriminação, sem conhecer essa longa história tecida de tantas mortes, perseguições, massacres, injustiças, mas também de tantas e inumeráveis formas de preservar a vida torna-se difícil, as pessoas fazerem um diagnóstico positivo sobre o futuro dos Maxakali. Apesar dos preconceitos, das decisões arbitrárias das pressões e mesmo de tudo que é feito com o intuito de apoiá-los e independente disto, os Maxakali continuam a traçar seu caminho.

Nascimentos, casamentos, mortes, formação de jovens na Casa da Religião, rituais de fertilidade da mulher e muitos outros que envolvem o contato com os lamýxop - grupo das almas dos ancestrais mortos - continuam a fazer parte do dia a dia das aldeias. Um é o mundo cá de fora, do contato com brasileiros, feiras, comércio, viagens, imprensa. Outro é o que se passa no recinto da aldeia, da casa, do terreiro, dos rituais. O ponto de encontro destes dois mundos é bem definido e delimitado por cada Maxakali, que retornam a aldeia mantendo sua identidade.

Marca o Maxakali a defesa intransigente da sua alteridade, do ser diferente do brasileiro, o que faz com que recusem o que é trazido pela sociedade envolvente e que pode minar as raízes mais profundas da cultura Mãe. Aqui não nos referimos ao uso da roupa, da bebida, do futebol, da comida, dos utensílios domésticos, impostas pela proximidade dos povoados e cidades das relações que com elas são estabelecidas, mas de elementos determinantes, que fazem com que um Maxakali se sinta, pense e se situe no mundo o outro, diferente dos demais e reaja como tal.

Ainda no fim deste século este pequeno Povo fala por todos os poros da dívida que a sociedade brasileira tem para com eles.

"NÓS TÁ PROCURANDO O DIREITO NOSSO", dizem os Caciques em carta datada de 1983.

QUEREM A UNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ÁGUA BOA E PRADINHO E O DIREITO DE PODEREM DECIDIR SOBRE SEU DESTINO.

SEJAMOS SOLIDÁRIOS COM ESTA ESPERANÇA!

## Sumário

. APRESENTAÇÃO	
. MAXAKALI: DO VALE DO JEQUITINHONHA AO VALE DO MUCURI	03
. A PERDA DA TERRA. O ESPAÇO OCUPADO	04
. DIFICULDADES ENCONTRADAS NUM ESPAÇO INSUFICIENTE	04
. REGISTROS DA PRESENÇA DOS MAXAKALI NO VALE DO JEQUITINHONHA, VALE DO MUCURI E SUA LUTA NA REGIÃO DO CÓRREGO UMBURANAS - MG	04
. DÉCADA DE 80: A LUTA DOS MAXAKALI E O APOIO DA SOCIEDADE CIVIL	07
. A ÁREA DO CONFLITO	11
. MUNICÍPIO DE BERTÓPOLIS - MG. CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE - 1980	12
. IMÓVEIS CADASTRADOS NO INCRA - MG	14
. VIOLÊNCIAS, MORTES E SEUS RESULTADOS ENTRE OS MAXAKALI	18
. ACONTECEU NOS JORNAIS	20
. PROPOSTA DOS MAXAKALI: REUNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ÁGUA BOA E PRADINHO	29
. OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA CONSTITUIÇÃO	31
. SECRETARIA DE AÇÃO PELA CIDADANIA	33
. MATERIAL CONSULTADO	34

# MAXAKALI

## Do Vale do Jequitinhonha ao Vale do Mucuri

O território Maxakali, conforme Curt N., compreendia o espaço desde o Rio Jequitinhonha ao norte, o São Mateus ao Sul, o Atlântico a leste e o Meridiano de 41 30' ao oeste. Percorria parte dos estados : Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. "A primeira menção da tribo é feita numa carta de 26/05/1734, do mestre de campo, João da Silva Guimarães, célebre pelas suas empresas na região do Mucuri, São Mateus e Rio Doce".

Na segunda metade do século XVIII, uma parte dos índios Maxakali foi obrigada a recuar para a beira-mar e para o foz do Mucuri, devido à pressão dos brancos sobre os Botocudos. Em 1798, uniram-se aos Macuni, seus parentes de língua, nas proximidades de Caravelas. Em 1801, deslocaram-se para o baixo Jequitinhonha e 1804, foram transferidos rio acima para o quartel São Miguel, pelo comandante Julião Fernandes Leão. Devido aos abusos dos soldados às mulheres indígenas, os Maxakali abandonaram o quartel e deslocaram-se rio abaixo, para a Ilha do Pã. Em 1816, o Príncipe Von Neuwied, encontrou um pequeno aldeamento de Maxakali no baixo Jucuruçu, enquanto uma outra parte do grupo vivia no interior, em relativa independência, embora em atrito com os Botocudos. Com a crescente chegada dos neo-brasileiros, o aldeamento Maxakali de Ferrancho, no Jequitinhonha, foi-se desmembrando, empurrados de suas terras, retirando-se para leste em direção do Ribeirão do Rubim do sul, à margem esquerda; os que permaneceram morreram ou foram mortos. Em 1917, o tenente Henrique apossou-se das terras das aldeias, mandando demarcá-las. Como os índios teimaram em não levar em conta a demarcação, em 1921 o tenente Henrique <sup>de</sup> assaltou a mão armada, matando alguns índios e dispersando os outros, que se juntaram aos Maxakali que, desde tempos antigos, habitavam na região das cabeceiras do rio Itanhaém (Alcobaça a cima), Jeribã, Bananeira tudo foi aldeamento destes índios - Córrego Jatirã, Bertópolis, Batinga. Em 1818, foram encontrados por policiais, na boca do Ribeirão Prates. Em 1911, a aldeia que se encontrava mais para o interior, portanto, a mais resistente e fugindo do contato inter-étnico, foi visitado pelo inspetor do SPI, engenheiro Alberto Pretella, que dirigindo-se ao Sul do rio Jucuruçu, deparou-se com uma aldeia, formada por seis grandes ranchos, liderada por João Soldado e Antonio Maxakali. Em 1918, este aldeamento foi também encontrado pelo engenheiro Frot, que estava realizando um levantamento topográfico da região. Era denominado Aldeia Grande, pelos Maxakali, localizada às margens do Córrego Umburanas, <sup>hoje</sup> Fazenda de Zé Nogueira, onde nasceu Cascorado.

## A perda da TERRA. O espaço ocupado.

Pouco antes de 1920, Joaquim Fagundes (funcionário do governo) e que morava em Quartéis, hoje Joaima, passou a conviver com os índios Maxakali e conquistando-lhes a confiança, usou deste prestígio para legalmente vender as terras indígenas. AS primeiras terras vendidas incluindo um trecho que hoje fica entre Pradinho e Água Boa, onde se situava a Aldeia Grande.

Acirrados os conflitos entre os Maxakali e os compradores de suas terras Joaquim Fagundes tentou convencer os Maxakali a abandonarem o local e deslocarem-se para um lugar, denominado Água Preta (Medeiros Neto). A aldeia de Mikael resistiu e não seguiu Joaquim Fagundes, os que foram, contraíram a malária, muitos morreram e os sobreviventes retornaram e se juntaram a Mikael.

Em 1940, é criado o Posto Indígena "Engenheiro Mariane de Oliveira" na Água Boa, onde restou aos Maxakali uma pequena parte de todo o seu território que foi delimitado, mas, descontinuamente (só uma parte). Em 1955, a outra parte, Pradinho, foi delimitada. As glebas "Água Boa e Pradinho" estão separadas por uma faixa de terra onde foram tituladas várias fazendas pela Ruralminas, órgão estadual.

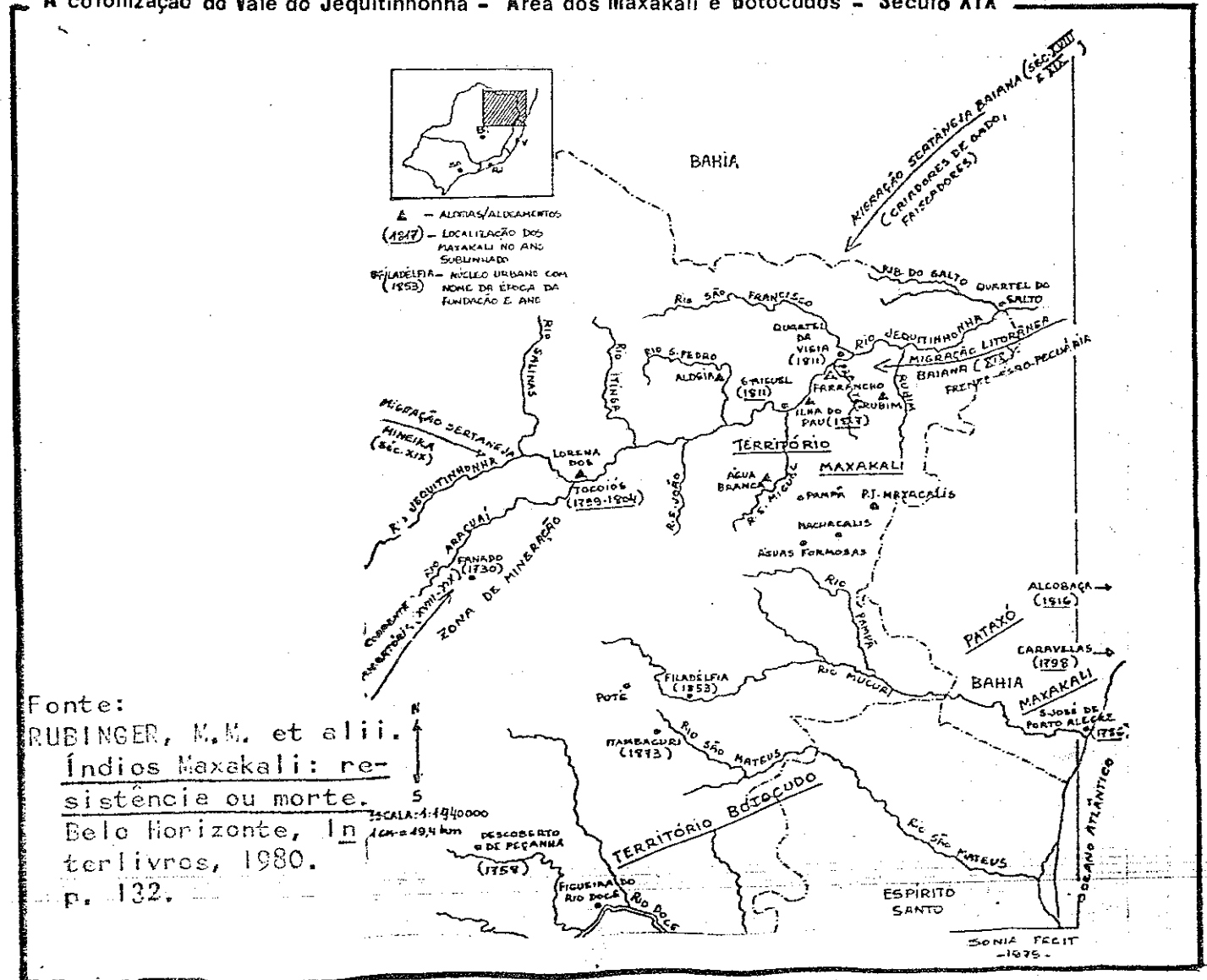
O total das áreas ocupadas pelos Maxakali é de 3.133 ha.

### Dificuldades encontradas num espaço insuficiente.

- \* A primeira grande dificuldade enfrentada pelos Maxakali, aconteceu pela penetração genocida dos colonizadores e posteriormente, pelos neo-brasileiros que os obrigavam a, mudar-se constantemente de território. Outros índios também ameaçados pelos invasores, forçavam os Maxakali a novas retiradas. Assim, a penetração vinda tanto da costa como do interior os forçou a se localizarem definitivamente na região das cabeceiras do rio Itanhém (rio Alcobaça), seus afluentes e sub-afluentes. Água Boa, Pradinho, Córrego Norte e Umburanas.
- \* Ainda a ameaça constante dos fazendeiros que os tolhem de sua flora e fauna e pesca, resultando muitas vezes em assassinatos que desestruturam a Nação Maxakali, que por índole foge ao confronto direto com o inimigo.

- \* Em 1920, mais ou menos, foi introduzida a cachaça, intencionalmente, como forma de degradação humana, etnocídio cultural e genocídio biológico com vista à ocupação final do seu território.
- \* Também os massacres, a epidemia de varíola, surto de sarampo causaram uma despovoação, ficando os Maxakali, em 1920, reduzidos a 59 índios. Este fato contribuiu para uma maior invasão de seu território.
- \* Suas matas foram invadidas, derrubadas, suas madeiras negociadas (Funai) e transformadas em grandes pastagens.
- \* A má administração, o despreparo e descaso dos órgãos Governamentais - SPI, FUNAI - contribuem para a desestruturação e desagregação que resultam em conflitos internos, mortes, desnutrição e ainda acobertam atitudes criminosas, ocupação de suas terras e constantes desmoralização do Povo Maxakali. Não podem, sem risco, circular de uma área para a outra e pescar.

A colonização do Vale do Jequitinhonha - Área dos Maxakali e Botocudos - Século XIX



Fonte:  
 RUBINGER, M.M. et alii.  
Índios Maxakali: resistência ou morte.  
 Belo Horizonte, In  
 terlivros, 1980.  
 p. 132.

## Registros da presença dos Maxakali no Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e sua luta na região do Córrego Umburanas - Minas Gerais

- .1734 - Primeira menção sobre os Maxakali, por Joao da Silva Guimaraes.
- .1801 - Os Maxakali que viviam no litoral se retiram para o interior do Vale do Jequitinhonha.
- .1804 - São encontrados no Quartel de São Miguel do Jequitinhonha, próximo ao Farrancho, hoje Guarenilândia, município de Jequitinhonha. Nesta área recebem através de doação do Governo Imperial, uma área próxima ao Córrego dos Prates.
- .1811 - São visitados pelo Engenheiro Portella, na região do Córrego do Umburanas, onde já existia a ALDEIA GRANDE, hoje sede da fazenda de Severiano Sena.
- .1816 - São visitados pelo Príncipe Newwied, em Rio Prado, onde haviam sido aldeados.
- .1817 - Auguste Saint Hilaire os encontra na ilha do Pao, no Rio Jequitinhonha.
- .1818 - São visitados por Pool, no Córrego dos Prates, onde ainda se encontravam, Próximo a Jequitinhonha.
- .1914 - Chega à região do Umburanas, Joaquim Façundes, funcionário do governo vindo de São Miguel do Jequitinhonha que os engana e os conduz numa grande migração para o sul da Bahia (imediações de Poço da Mata) e logo depois vende as terras indígenas.
- .1918 - O Engenheiro Apolinário Frott, tentando estabelecer os limites dos municípios, encontra os Maxakali da Aldeia Grande às margens do Umburanas.
- .1920 - Início da ocupação da região pelos brasileiros.
- .1921 - Corre um grande massacre das aldeias Maxakali que se formaram a partir da migração anterior, tendo eles saído de São Miguel do Jequitinhonha. O autor do massacre é o Tenente Henrique. Os Maxakali que restaram migram para as cabeceiras dos Rios Itanhém, Prado e Umburanas onde se juntam aos da Aldeia Grande. Uma epidemia de varíola dizima a po-

pulação .

- .1941\_ Demarcação da área do Córrego da Água Boa.
- .1955\_ A Guerra do Pradinho. Assassinato de Antonio Cascorado Maxakali. Demarcação de parte do Pradinho.
- .1963a\_ Militarização das áreas indígenas de Minas Gerais.
- .1973\_ Gestão do Capitão da Polícia Militar Manoel dos Santos Pinheiro-Fundação da GRIN-Guarda Rural Indígena.
- .1979\_ A Funai referenda a medição particular da terra feita por Severiano Sena. Os Maxakali perdem grande parte da terra.
- .1980\_ Retomada da luta pela terra.

## Década de 80: a luta dos Maxakali e o apoio da sociedade civil



O Povo Maxakali nunca aceitou, sem represália a invasão de suas terras. Foi a maneira de se defenderem dos inimigos, uma vez que a correlação de forças é desigual e é sentida por eles.

- . Década de 80: vigilância feita pelos índios dos limites da terra;
- . 26/06/1982: pedido ao Deputado José Santana para demarcação da terra;
- . 10/08/1983: ida dos Maxakali à Brasília para entregar ao Deputado Mário Juruna o pedido de reunificação das áreas;
- . 04/1984: carta ao Deputado Mário Juruna à Funai pedindo demarcação da terra;
- . 26/07/1984: Congresso dos índios de Minas, entre outros assuntos foi discutido a unificação das áreas e demarcação da terra.
- . 10/1985: ofício encaminhado ao Dr. Renato Godinho, presidente do Inera.



- . 08/1986: ida de alguns índios a Belo Horizonte participar do encontro dos índios e pedir a reunificação das áreas. Continuam a denunciar as irregularidades e o não encaminhamento da questão da terra ocupada no Congresso dos índios de Minas;
- . 10/1986: carta denunciando o discurso proferido pelo Deputado Geraldo Renault e pedindo a reunificação das áreas;
- . 05/12/1986: após vários pedidos dos índios e da equipe Maxakali a Funai redigiu e oficializou o Laudo Antropológico do Povo Maxakali;
- . 24/03/1987: ofício ao Dr. Carlos Vitor Muzzi, Procurador da República em Minas Gerais, pedindo à Funai para providenciar o processo de demarcação das áreas de Água Boa e Pradinho, o que foi atendido;
- . 05/1987: pesquisa na prefeitura de Bertópolis das propriedades existentes entre as áreas do Pradinho e Água Boa, sua extensão e respectivos fazendeiros;
- . 06/1987: carta a Haroldo Popovich, pedindo a devolução aos índios Maxakali da terra por ele ocupada.
- . 08/1987: atendimento do pedido acima citado, com a devolução legal da terra ao Povo Maxakali.
- . 14/08/1987: reunião no Inbra com representantes do Inbra, Funai, Memorial Raízes e Cimi para tratar da unificação e demarcação da terra Maxakali.
- . 17/08/1987: ofício ao Dr. Carlos Vitor Muzzi, Procurador Geral da República em Minas Gerais, encaminhando o exame feito pela equipe Maxakali da documentação apresentada sobre as áreas indígenas Maxakali.
- . 21/08/1987: reunião, em Belo Horizonte, com 36 entidades, organizando um Comitê de Apoio ao Povo Maxakali, com a finalidade de resolver a questão da unificação das áreas

de Água Boa e Pradinho e demarcação de toda a área Maxakali;

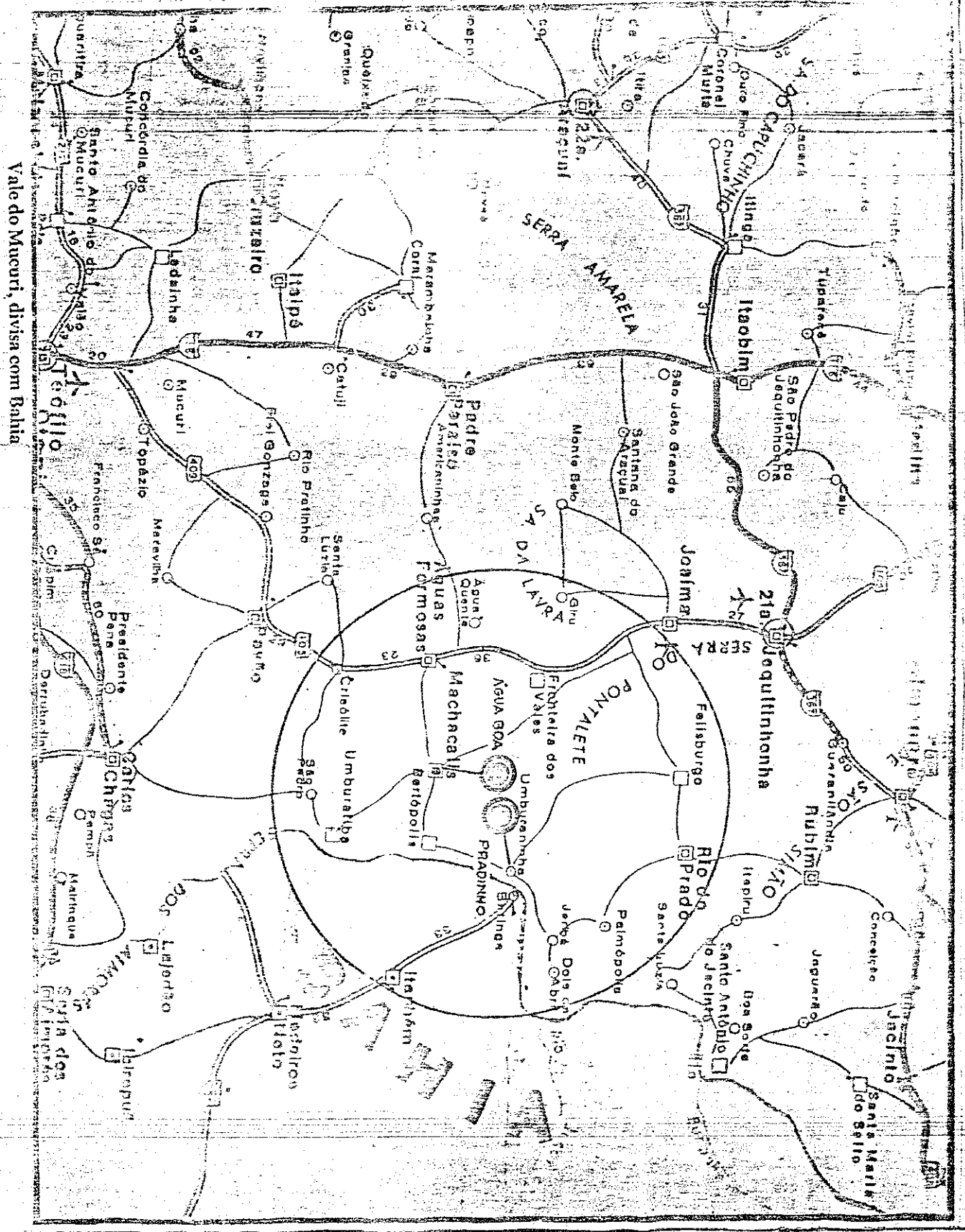
- . 09/1987: envio para o Inara, a pedido, dos nomes de proprietários da região, que ocupam terras ociosas, para uma possível permuta com os fazendeiros invasores das terras Maxakali;
- . 22/10/1987: registro no "Cartório de Títulos e Documentação" de Águas Formosas, de declarações dos Senhores Lourenço Lopes da Silva e João Ribeiro dos Santos sobre o território Maxakali;
- . 01/1988: envio para diversas entidades de todo o Brasil de cartas e abaixo-assinado pedindo a unificação das áreas e demarcação da terra Maxakali;
- . 14/01/1988: ofício ao Sr. Jader Barbalho, então Ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, enviando um abaixo-assinado de 28 bispos de Minas Gerais e Espírito Santo, pedindo a unificação e demarcação da área Maxakali;
- . 19/04/1988: ofício dos líderes partidários da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e do Comitê de Apoio aos Índios Maxakali, encaminhando o abaixo-assinado com 8000 assinaturas de pessoas de todo o Brasil, reivindicando a unificação e demarcação da área indígena Maxakali;
- . 14/07/1988: ofício à Coordenadoria de Terras Indígenas (MIRAD), encaminhando abaixo-assinado em favor da demarcação da terra Maxakali;
- . pedido da equipe Maxakali ao Dr. Paulo Machado Guimarães, advogado do Cimi, em Brasília, para acompanhar o processo de unificação e demarcação da terra Maxakali;
- . ida de alguns índios Maxakali à Delegacia Regional da Funai, Governador Valadares, para cobrar do Delegado Lúcio Flávio Coelho decisão da retirada dos fazendeiros que ocupam suas terras;

- . 03/1989: envio do histórico da terra Maxakali para as autoridades competentes, mostrando a necessidade de unificação e demarcação da terra;
- . 04/1989: reativado o Comitê de apoio ao Povo Maxakali em Belo Horizonte;
- . 03/04/1989: reunião em Bertópolis: índios Maxakali, prefeito, Inca, Funai e fazendeiros;
- . 04/1989: ida a Belo Horizonte de um grupo de índios para conversar com o Inca e parlamentares pressionando a ida à área da equipe do Inca para fazerem o levantamento das benfeitorias nas propriedades dos fazendeiros;
- . 04/1989: abaixo-assinado de apoio ao Povo Maxakali, pedindo a unificação e demarcação da terra, feito na região onde os índios circulam;
- . 03/06/1989: reunião em Bertópolis: índios, fazendeiros, prefeito, Funai, Inca, entidades de apoio, parlamentares;
- . 07/1989: equipe do Inca faz a vistoria e avaliação dos imóveis nas fazendas entre as áreas indígenas;
- . 08/1989: elaboração do relatório sobre a vistoria e levantamento dos bens, nas propriedades que estão entre Pradinho e Água Boa;
- . 09/1989: ida de um grupo Maxakali à Brasília e Belo Horizonte para pedir apoio de parlamentares no encaminhamento do relatório ao Ministro do Interior e Presidente da República;
- . 11/1989: ida dos índios a Governador Valadares para pressionar a Funai para agilizar a questão da terra;
- . 01/1990: ida à Brasília em busca de solução para a unificação das áreas junto ao Inca e Funai;

02/1990: ida a Belo Horizonte e Governador Valadares para exigir a complementação do relatório da vitória por parte da Funai.

1990: Início dos trabalhos da Secretaria de Ação pela Cidadania em Minas Gerais.

### A área do conflito



## Município de Bertópolis - MG

### Censo Demográfico do IBGE - 1980

#### POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

Nº de habitantes	Área urbana	Área rural
10.309	3.785	6.524

#### TERRAS

Até 100 ha	- 286 propriedades ocupam - 11.378 has
100 a 500 ha	- 163 propriedades ocupam - 31.108 has
500 a 2000 ha	- 22 propriedades ocupam - 18.882 has

(Censo Demográfico do IBGE 1980)

Isso significa que 22 propriedades ocupam 1/3 do município enquanto 286 propriedades ocupam 1/6 do município e as médias propriedades ocupam a outra metade.

A média de habitantes por Km<sup>2</sup> é muito baixa (10 pessoas por km<sup>2</sup>).

Das quase 2.000 famílias do município nem uma quarta parte tem terra (só 471 propriedades - que sendo de algumas famílias tem duas e mais).

Há 4 bois para cada habitante do município - 38.580 bois para 10.302 habitantes.

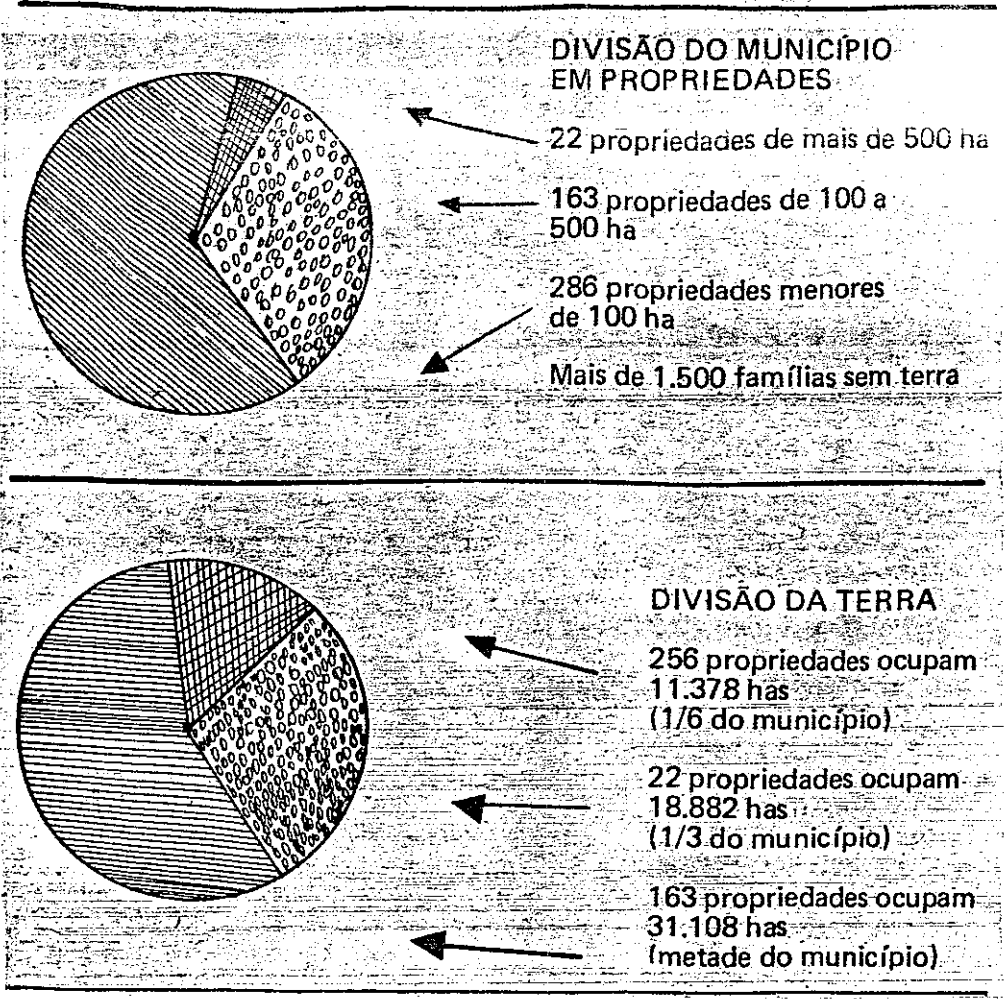
Isso significa que a maior parte das terras são destinadas para o boi. A cultura esta acabando.

Só 50 proprietários não tem pasto plantado.

Desses cinquenta, 19 têm pastos naturais de modo que só há 31 propriedade exclusivamente agrícolas.

Como os índios e os pobres podem viver com este avanço do boi?

As 20 maiores propriedades ocupam 50 vezes mais terra que os 400 Maxakali.



# O vale do esquecimento

**E**MANCIPADO politicamente desde março de 1963, o município de Bertópolis conglomera 664 quilômetros quadrados de antigas florestas, totalmente devastadas para a prática, em decadência, da pecuária. Uma região onde chove muito (1.200mm anuais) e faz muito calor (média de 28 graus). Um lugar onde, apesar da miséria da população, quase não se planta, come-se verdura. Um visual bastante diferente, por exemplo, do Sul de Minas, onde as fazendas são bem edificadas e seus proprietários, pelo menos, comem carne todos os dias.

Em Bertópolis, 60% das fazendas não ultrapassa a 200 hectares, predominando, assim, a figura do médio produtor. Um quarto do município é formado por minifúndios de 10 a 50 hectares, onde sobrevive, a duras penas, o pequeno produtor. As grandes

fazendas, acima dos 500 hectares, perfazem apenas 3% do total de propriedades. E as fazendas maiores ainda, acima dos 500 hectares, não chegam nem a um por cento. (...)

Para uma população rural de 11.640 habitantes em 1970, o último censo do IBGE encontrou, em 1980, somente 6.524 pessoas morando e trabalhando o campo. Ou seja, quase a

metade da população rural de Bertópolis foi para a cidade, em busca de uma sobrevivência melhor (1.364 habitantes em 1970 para 3.785, há dois anos atrás, na zona urbana).

A pecuária de região, com os fazendeiros quase todos hipotecados, devendo ao Banco do Brasil, a juros de 45% ao ano, é o sintoma maior de decadência do município, em termos de pro-

gresso. Para quem se gabava de possuir 45 mil cabeças de gado em 1972, segundo dados do Instituto Estadual de Saúde Animal, o rebanho do município de Bertópolis não chegava a 30 mil cabeças em julho do ano passado. É comum, inclusive, os fazendeiros justificarem assim a diminuição gradativa dos seus rebanhos: "Foi roubados pelos índios".

Um sintoma que se revela também no aspecto agrário de Bertópolis. O alqueire de terra, que vale até Cr\$1,5 milhão de cruzeiros na parte mais distante do município, custa apenas Cr\$200 mil cruzeiros perto dos índios. Isto, paradoxalmente, ao lado das reservas indígenas, onde estão as terras mais férteis e bonitas da região, por terem sido preservadas do progresso "Andirri", que significa civilizado na língua Maxacali.

EM 17.11.81

## Imóveis cadastrados no Incra - MG

### PROPRIETÁRIOS CONFINANTES DA ALDEIA ÁGUA BOA

01 - SEVERIANO PEREIRA SENA

Área: 493,0 ha  
Código: 413 038 003 816  
Fazenda: Baixa Verde  
Microfilme: 73.049.111880  
Classificação: EMPRESA RURAL

Área: 263,0 ha  
Código: 413 038 003 824  
Fazenda: Pedra Parda  
Microfilme: 73.049.111881  
Classificação: LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO

- OBS: Processo em andamento na Ruralminas.

02 - DIGNÍLIA R. DOS SANTOS

. Não consta cadastro até a data: 30.10.85

- OBS: Processo titulado Ruralminas nº 33.199 - Área: 8342,50 ha

03 - DERALDO G. DA SILVA

. Não consta cadastro até a data: 30.10.85

- OBS: Processo titulado Ruralminas nº 33.527 - Área: 52,85 ha

### PROPRIETÁRIOS CONFINANTES DA ALDEIA PRADINHO

01 - ANDREW HAROLDO POPOVICH

. Não consta cadastro até a data: 30.10.85

- OBS: Processo titulado Ruralminas nº 33.971 - Área: 11,8 ha

02 - HERMÍNIO J. BARBOSA

Área: 60,0 ha  
Código: 413 038 002 330  
Microfilme: 84.012.32240  
CADASTRO CANCELADO

-OBS: Processo titulado Ruralminas nº 27.856 - Área: 54,20 ha

03 - MANOEL DOS SANTOS PINHEIRO

Área: 159,1 ha  
Código: 413 038 002 240  
Fazenda: Nova Esperança  
Microfilme: 84.004.8048  
Classificação: EMPRESA RURAL

-OBS: Processo titulado Ruralminas nº 61.744 - Área: 25.77,50 ha

Conforme informações colhidas na área, o proprietário adquiriu as seguintes áreas:

- 54,20 ha do Sr. HERMÍNIO J. BATISTA
- 79.28,75 ha do Sr. JOSÉ COELHO DE MORAIS
- e com a soma de sua área 25.77,50 ha perfaz o total de 159.26,25ha

04 - JOSÉ COELHO DE MORAIS

Área: 120,0 ha  
Código: 413 038 002 232  
Fazenda: Marcenese  
Microfilme: 78.239.714824  
Classificação: LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO

- OBS: Processo titulado Ruralminas nº 30.011 - Área 79.28,75 ha.



05 - ANTÔNIO FABRÍCIO

Área: 527,6 ha

Código: 413 038 004 880

Fazenda: Bela Vista

Microfilme: 78.166.495248

Classificação: LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO

-OBS: Processo titulado Ruralminas nº 1.472 - Área: 432,75 ha

06 - JOSÉ ESTEVES PINTO

Área: 290,9 ha

Código: 413 038 004 750

Fazenda: Guanabara

Microfilme: 78 901.9001100

Classificação: LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO

-OBS: Processo titulado Ruralminas nº 25.883 - Área: 143,15 ha

07 - NELSON PEREIRA ANDRADE

Área: 50,0 ha

Código: 413 038 002 224

Fazenda: Sombra da Tarde

Microfilme: 73.049.111721

Classificação: MINIFÚNDIO

-OBS: Processo titulado Ruralminas nº 29.077 - Área: 51.02,50 ha

08 - ANY CRNELAS DE SOUZA

Área: 150,0 ha

Código: 413 038 004 154

Fazenda: Guanabara

Microfilme: 73.049.111914

Classificação: LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO

09 - ROZILDO ORNELAS DE SOUZA

Área: 106,6 ha

Código: 413 038 004 162

Fazenda: Nova Era

Microfilme: 79.036.35408

Classificação: LATIFÚNDIO POR EXPLORAÇÃO

OBS: Processo titulado Ruralminas nº 27.727 - Área: 106.57,50 ha

10 - LAURINDO PEREIRA SENA

Área: 339,2 ha

Código: 413 028 004 480

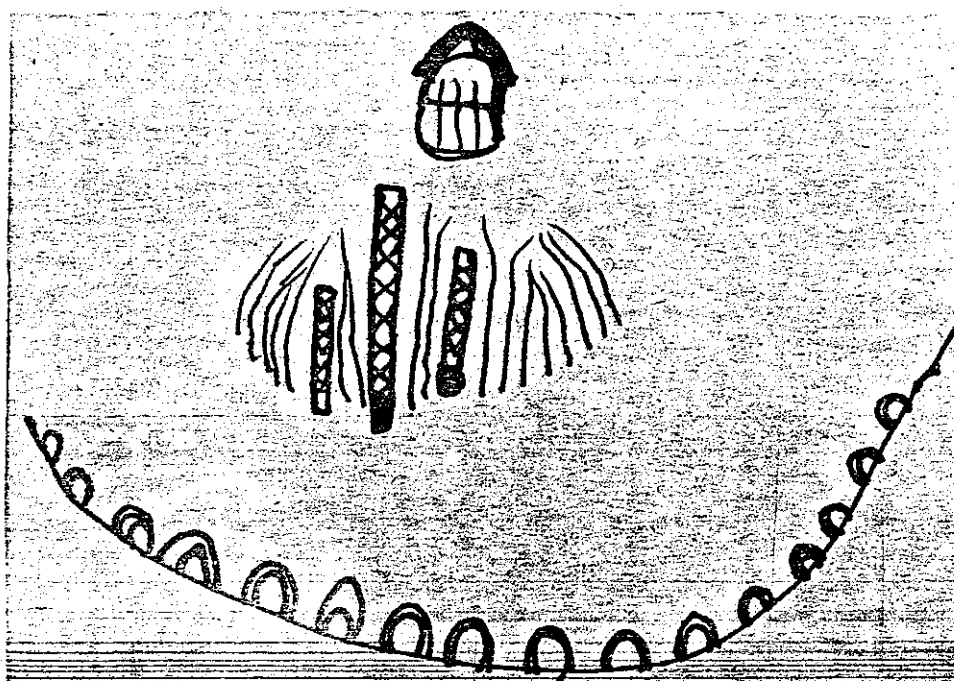
Fazenda: Serra Azul

Microfilme- DP: 78.209.626835 Microfilme- DA: 79.016.49102

Classificação: EMPRESA RURAL

Conforme informações colhidas na área, o proprietário adquiriu as seguintes áreas:

- 143.15,00 ha do Sr. JOSÉ ESTEVES PINTO
- 106.57,50 ha do Sr. ROZILDO ORNELAS DE SOUZA
- 95.30,00 ha do Sr. ARY ORNELAS DE SOUZA
- 51.02,50 ha do Sr. NELSON FERREIRA DE ANDRADE
- Toda a aquisição perfaz um total de 396.05,00 ha.

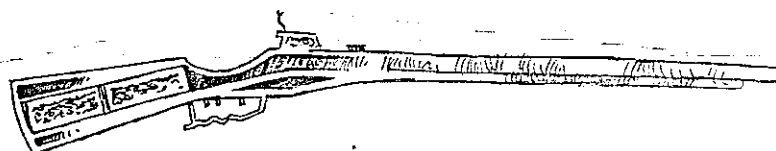


Desenho de Manuel Maxakali

# Violências, mortes e seus resultados entre os Maxakali 1955 a 1987

NOME	DATA	TIPO DE VIOLÊNCIA	LOCAL	CAUSA/ DETALHES
1. Raimundo Maxakali	?	Assassinato	Área intermediária do Pradinho	?
2. Antônio Cascorado Maxakali	24.12.55	Assassinato Tocaia	Córrego do Pradinho	Ele foi um dos participantes da guerra do Pradinho na defesa da terra. Foi assassinado logo depois em represália.
3. Gero Maxakali	Entre 67 e 72	Morte-vítima de espancamento da PM	Água Boa	Foi preso e espancado por estar bêbado.
4. Tiago Maxakali	1978	Assassinato	Fazenda de Onofrão - hoje de Valdivídio do Lúcio.	Foi atingido por um tiro na coxa num confronto entre PM, fazendeiros e moradores de S. Helena. Depois foi assassinado a pauladas.
5. Filho de Valdístino Maxakali	1981	Desnutrição	Aldeia Pé-da-Pedra	Consequência da epidemia de cachumba e gripe nas aldeias.
6. Pai do Konõ Maxakali	1981	morte	Aldeia Pé-da-Pedra	?
7. Maxakali. Arquelino	1981	Espancamento	Estrada do Pradinho Fazenda de Chiquinho	Arquelino é espancado por um vaqueiro e obrigado a beber uma garrafa de cachaça. Fica em coma. É tratado em Águas Formosas
8. Viola Maxakali	1981	Espancamento	Estrada de Itanhém	Em uma viagem, Viola bebeu e ficou na estrada. Foi espancada.
9. 4 crianças	1982	Desnutrição	Hospital de Águas Formosas	Consequência do projeto implantado pela FUNAI (PDI).
10. João Cascorado Maxakali	1983	Atropelamento	Estrada de Medeiros Neto - BA	Um caminhão é jogado primeiro sobre uma brasileira e depois sobre ele.
11. Alcides Maxakali	10.07.83	Assassinato	Fazenda Laurindo Sena	Assassinado por um empregado da Fazenda.
12. Paulene Maxakali	1984	Invasão de suas roças pelo gado de Pinheiro	Pradinho	Não há cercas. O gado passa livremente para as roças ou as porteiras são abertas propositalmente.

NOME	DATA	TIPO DE VIOLÊNCIA	LOCAL	CAUSA/ DETALHES
13. Mulheres do Bueno	1984	Mulheres cor-ridas por ce-chorros bravos.	Córrego da Umburana	As mulheres são impedidas de pescar.
14. Oscar Maxakali	1984	Igual ao 18	Pradinho	Igual ao 18
15. Zazá Maxakali e Capitãozinho	1984	Surra de cassetete	Estrada intermediária	Ela e seu pai Capitãozinho queriam impedir a prisão de Jua-rez Maxakali. Apanham da polícia.
16. Índios	1984	Tiros do jagunço João Vermelho	Aldeia do Bueno	João Vermelho, jagunço contra-tado para vigiar a fazenda de Severiano Sena, atira nos índios da aldeia para aterrorizá-los.
17. Maria Elisa Maxakali	1985	Espancamento	Santa Helena	Um soldado bêbado a agride, dando-lhe so-cos e pontapés, rasgando sua roupa.
18. Índios	1985	Proibição dos índios de passar na área intermediária das reservas	Estrada intermediária	O filho de um fazendeiro quer impedir que os índios passem na es-trada que liga as aldeias de Água Boa e Pradinho.
19. Modesto e Mariquinha Maxakali	1985	Bombas	Santa Helena	Ex-soldado lo joga bombas para espantar os índios na terra.
20. Mulher de Marcelino	1985	Desidratação	Estrada do Pradinho	Morre ao sol enquanto o marido vai bus-car socorro.
21. Capitãozinho	1986	Enfarte	Aldeia Pé-da-Pedra	Depois da mor-te de Alcides, Capitãozinho foi desgostando e adoecendo. Morreu de en-farte durante uma festa.
22. Valdistino	1986	Desidratação	Águas Formosas	Não conseguiu se recuperar de um tiro na barriga.
23. Um adulto	1987	Sarampo	Pradinho	Consequência do surto de sa-rampo nas aldeias.
24. 6 crianças	1987	Sarampo	Pradinho	Consequência do surto de sa-rampo nas aldeias.





# Resistindo

# contra o cerco

**B**êbados. Ladrões. Vagabundos. Assim são vistos, pela população do Vale do Mucuri, no Nordeste mineiro e cidades baianas próximas, os índios Maxakali dos Postos Indígenas Maxakali (aldeia Água Boa) e Pradinho, no município de Bertópolis (MG). No último grau da marginalidade social, esses 430 remanescentes Maxakali, que a Funai classifica como "em vias de integração", soírem na carne as consequências da espoliação de suas terras por fazendeiros ambiciosos, que transformaram as matas em pastagens, destruindo, assim, o meio ambiente onde os índios encontravam a caça e os frutos silvestres para sua alimentação.

O alcoolismo e a prática de saques são hoje os estigmas mais visíveis que a sociedade nacional, dita civilizada, imprimiu na vida dos Maxakali. Mas o calvário desse povo indígena vem de mais longe: a varíola e o sarampo, na segunda década deste século, dizimando de tal forma a população de quatro aldeias que os sobreviventes conseguiram formar um único agrupamento; a chegada de Joaquim Fagundes, um funcionário do Governo, que se fez aceitar pelos Maxakali, para, por volta de 1920, começar a "vender" as terras indígenas aos posseiros que se instalavam na região; a diáspora que se seguiu, deixando, durante duas décadas, os Maxakali sem terras, sem roças, sobrevivendo com a caça que rareava, a pesca e a coleta controladas, na área invadida, e o saque, recurso encontrado no desespero da fome; a exploração de sua força de trabalho, nas fazendas formadas sobre as mesmas terras indígenas, onde os Maxakali recebiam quatro vezes menos que os empregados não-índios, sendo, muitas vezes, pagos apenas com uma garrafa de cachaca...

Vagabundos, preguiçosos. Não gostam de trabalhar. Por que, então, pagar-lhes o mesmo que a outros trabalhadores? Esses índios têm muita terra boa, ainda, mais

de três mil hectares, nas áreas reservadas. Mas não gostam de pegar no pesado, só querem roubar.

Ladrões. Matam o gado das fazendas vizinhas, para comer a carne ou mesmo vendê-la nas feiras. Invadem as roças alheias, carregando tudo. E o dinheiro que conseguem é para comprar pinga e

Cachaceiros. Enchem a cara e promovem arruaças, nos povoados e nas próprias aldeias. Furam-se de faca e depois dizem que foram os fazendeiros que mataram os índios.

## PROJETO DA FUNAI

Humilhados por todos esses estereótipos que a população envolvente criou, os Maxakali assistiram, há dois anos, à chegada de uma equipe enviada pela Funai, para executar entre eles um "Projeto de Desenvolvimento Integrado" (PDI), elaborado pela antropóloga Neli Ferreira do Nascimento, da Universidade Federal de Juiz de Fora. (Ver apreciação do Projeto nas páginas seguintes). O PDI veio, na verdade, mais que aos Maxakali, atender aos fazendeiros que, depois de terem ocupado as terras indígenas, no passado recente, reclamam, agora, dos seus incômodos vizinhos, fazendo-se de vítimas. Parte desses fazendeiros ocupa exatamente a faixa de terra que os índios não recuperaram na demarcação, e que separou em dois pedaços o território Maxakali.

Se o fazendeiros consideram os índios "preguiçosos" e "cachaceiros", a Funai resolve o problema: o PDI implantou um rigoroso regime de trabalho para os índios, remunerando-os em vales, o que, segundo o pensamento da antropóloga Neli, impediria a compra de pinga, limitando os Maxakali à aquisição dos gêneros oferecidos na cantina da aldeia. Mais: a cantina só funciona uma vez por semana, aberta intencionalmente no mesmo horário da feira de Batinga (Bahia), a que os Maxakali costumam ir. Assim, ainda de acordo com o raciocínio de Neli Nascimento, estão eliminadas 50% das oportunidades de os índios saírem da aldeia para se embriagar e promover arruaças.

A cantina, porém, não oferece todos os produtos de que os Maxakali necessitam. Por outro lado, como comprar esses produtos, nas feiras de Batinga e Santa Helena, com pagamento que rece-

bem da Funai é dado em "vales" e não em "dinheiro verdadeiro" (cédulas de crédito) e tem de coibir o alcoolismo, o tratamento autoritário e punitivo e ainda compelir os Maxakali à prática do roubo e do saque, uma absoluta necessidade de meios de subsistência, inclusive.

Esses comportamentos indesejáveis - alcoolismo, roubo, "ociosidade" estão sendo combatidos pelo Projeto, com o auxílio - passível - de uma psicóloga, encarregada de proporcionar aos Maxakali uma "terapia ocupacional". Nem Freud explica.

## DIAS DIFÍCEIS

Acosados pelos fazendeiros, até à morte, como ocorreu em pelo menos três casos, nos últimos dois anos; desprezados pela população envolvente; policiados e coagidos pela Funai, os Maxakali enfrentam dias difíceis. Aliados, como os agentes pastorais do Cimi, estão proibidos pela Funai, a pedido da equipe chefiada por Neli Nascimento, de atuar nas aldeias maxakali. A diocese de Teófilo Otoni, que inclui o município de Bertópolis - e, portanto, as áreas dos Maxakali - tem manifestado, mesmo com todas as pressões em contrário, sua disposição de servir a esse povo indígena, inclusive esclarecendo a população envolvente sobre os direitos dos povos indígenas.

Apesar das dificuldades há sinais de esperança na caminhada dos Maxakali. A resistência desse povo tem sido demonstrada em diversos momentos (ver PORANTIM nº 39), em enfrentamentos com a Funai e com os fazendeiros. Resta saber se a Funai logrará êxito nesse seu Projeto de Desenvolvimento Integrado, ou se os Maxakali saberão encontrar uma saída alternativa.



Resto pintado, futuro incerto

# A utopia maxakali

(segundo alguns brancos)



A pedido do PORANTIM, o antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho, que também integra o Conselho Editorial deste jornal, analisou o "Projeto de Desenvolvimento Integrado dos PIs Maxakali e Pradinho", elaborado pela professora Neli Ferreira do Nascimento, da Universidade Federal de Juiz de Fora, e que a Funai aprovou, pela Portaria nº 823/E, de 11 de setembro de 1980 (ainda na gestão Nobre da Veiga). Este Projeto, que entrou em aplicação no mesmo ano, representa, segundo João Pacheco, uma "utopia puritana, etnocêntrica, assimilationista e autoritária", resultado de uma antropologia aplicada que não se preocupa com o "respeito e valorização da tradição cultural" do povo em questão. (O Editor).

Existem muitas críticas quanto ao exercício da antropologia aplicada. A acusação política mais frequente é de que o antropólogo se transforma em ponta de lança de uma agência colonial, utilizando o conhecimento científico para tornar mais eficaz e suportável a dominação estabelecida sobre um grupo humano. O fato é que se ouve falar de uma antropologia aplicada no caso de índios ou favelados, mas não se sabe de nada similar voltado para as elites ou os grupos étnicos dominantes. No âmago de uma atividade desse tipo se encontra sempre uma relação social onde um grupo domina e outro é dominado, onde um tem capacidade de dispor sobre o outro, de moldá-lo ao jeito que mais lhe apraz, de adequá-lo aquilo que reputa melhor. Inclusive de requisitar especialistas detentores de um saber científico capaz de formular planos e programas para atingir tais fins. E ainda de custear estudos, testes e experimentos e, por fim, financiar a concretização da proposta reputada como melhor nas esferas centrais de decisão.

Não têm sido poucas as discussões realizadas por antropólogos e outros cientistas sociais sobre esse tema. Especialmente nas duas últimas décadas, várias publicações e reuniões acadêmicas realizadas em diferentes países têm abordado por esse prisma o trabalho antropológico, indicando a responsabilidade social que o pesquisador tem com os grupos humanos que estuda. Qualquer que seja a situação de campo considerada, o consenso dos debates indica sempre a necessidade de respeito e valorização da tradição cultural do povo estudado (ao contrário de posturas etnocêntricas e modernizantes), bem como a ampla reafirmação do direito de autodeterminação (face às políticas de dominação das agências coloniais ou a uma visão tecnocrática da ciência como engenharia social, onde os agentes históricos reais seriam sempre protagonistas de processos de mudança social induzida).

Atualmente a comunidade científica não aceita mais a antiga verdade de que o pesquisador deve preocupar-se unicamente com a produção do conhecimento, ficando distanciado da discussão sobre o uso desse conhecimento

que seria privilégio de outros setores da sociedade. Assim como discutem os resultados de suas pesquisas e os condicionamentos efetivos de seu trabalho de campo, os antropólogos têm o dever de opinar sobre os esquemas de apropriação social do conhecimento, os usos e abusos que são feitos em nome da sua disciplina. Assim eu espero que as observações abaixo sobre o Projeto de Desenvolvimento Integrado dos PIs Maxakali e Pradinho, a mim encaminhado pela Coordenação Regional do CIMI Leste, sejam vistas como expressão da oportunidade e urgência de um debate desse tipo sobre algumas utilizações dadas à antropologia no Brasil atual.

É importante conteduzir melhor a acusação genérica de que a antropologia aplicada sempre trairia em sua prática os interesses de uma específica agência colonial. As finalidades de um projeto não automaticamente refletem os interesses dos organismos financiadores. O grau em que isso ocorre depende tanto da forma e intensidade do controle estabelecido sobre o projeto por parte do órgão financiador, quanto da escolha, priorização e interpretação que o antropólogo realiza das metas diferentes (e não raramente conflitantes) que tal entidade subscreve. Consciente dessas limitações e tendo bem presente que a sua função é, no máximo, ampliar as escolhas e alternativas oferecidas aos índios, o antropólogo pode colaborar na lenta acumulação de forças por parte dos dominados, no sentido de por si mesmos buscarem a consecução de sua própria história.

Pode ocorrer inversamente que o antropólogo sucumba ao fascínio autoritário da "engenharia social", transformando um grupo humano em laboratório onde pretende materializar as suas fantasias econômicas, morais e religiosas. As formulações claras, apoiadas em dados empíricos e conceituações técnicas integram-se então em um corpo sistemático, conduzindo ao diagnóstico dos "problemas sociais" e preconizando um conjunto racional de medidas práticas para sua superação. Apesar da aparência neutra e aséptica, o que frequentemente ocorre é que esse pretensão "melhor dos mundos possíveis" a utopia social resultante da resolução desses "problemas sociais",

coincide substancialmente com a proposta ideológica do grupo social a que o cientista pertence e se referencia. Mais que representar as finalidades do órgão responsável, a proposta levada à prática pelo antropólogo termina por expressar os interesses, valores e preconceitos de seu grupo de referência mais íntimo, seja esse um segmento de classe, uma cultura regional ou ainda uma confissão religiosa. Com isso os interesses e valores dos índios - inteiramente desconhecidos desde o início - sofrem um múltiplo esbulho, não apenas por serem preteridos pelos dos brancos, mas ainda de setores da classe dominante, de agrupamentos sociais, políticos e ideológicos.

Voltando ao caso Maxakali, com base nas informações apresentadas pela autora do projeto, é possível caracterizar sumariamente a situação de contato. Trata-se de um grupo de caçadores nômades, sedentarizados pela fixação em um território limitado e transformados em agricultores pelas vicissitudes do contato. Ainda hoje a atividade agrícola não motiva muito os Maxakali, que se restringem ao nível básico da subsistência, praticamente não formando excedentes com os quais possam comerciar e obter acesso às mercadorias de que já necessitam. As outras formas de obter dinheiro para trocar por mercadorias são a venda da força de trabalho e a produção artesanal, argumentando a autora que essas não constituem saídas econômicas, uma vez que na região há pouca procura pelo trabalho indígena e o artesanato ali é de valor reduzido, sendo vendido nas feiras como curiosidade e em quantidades irrisórias.

Diante dessa condição de penúria, o índio Maxakali só tem como alternativas para a obtenção de mercadorias pedir ou roubar, manipulando com os temores dos brancos. Como consequências disso, aparecem o alcoolismo (um meio usual de os atores sociais lidarem com situações de tensão e insegurança), bem como o recrudescimento de conflitos já existentes na situação de contato, além de atritos individuais quanto a invasão de gado dos fazendeiros nas terras indígenas, os estereótipos racistas dos brancos (que descrevem os índios como "vagabundos", "ladrões" e "bêbados") vão em um crescendo até formularem, explicitamente pelos jornais



A população e as carências crescem

locais seu protesto e desagrado contra o simples fato de cruzar com os índios nas estradas, feiras ou cidades, i.e., fora das reservas.

Apesar dessas dificuldades econômicas - que a autora, a meu ver erradamente, caracteriza como um estado de "desorganização social", chegando a servir-se do conceito de "anomia" (p. 8) - os Maxakali mantêm a reafirmação de sua identidade étnica, preservam o uso de sua língua nativa e possuem importantes esferas (como é o caso da religião) de interação social e de reiteração de sua cosmovisão.

Se são esses os elementos fornecidos pela autora para uma análise da situação de contato dos Maxakali, é impossível deixar de questionar o "diagnóstico" elaborado e demonstrar profundo espanto e completa discordância face às soluções por ela preconizadas. O "problema social" sobre o qual convergem as preocupações do projeto é nitidamente o alcoolismo, observando a autora que a "dependência física e psicológica do álcool" estaria convertendo progressivamente os Maxakali em "um bando miserável e marginal à sociedade nacional, embora possuidores de terra" (p. 7). Logo ao início, porém, o texto abandona qualquer preocupação sociológica, passando a abordar a questão em termos de uma patologia clínica, tratando o uso da cachaça pelos índios como algo similar a doenças como verminose, desintéria, desidratação etc. (vide p. 6). Não há preocupação alguma com um enquadramento do uso de bebidas ou outros elementos estimulantes dentro de contextos sociais específicos ou em geral na própria cultura Maxakali. O uso do álcool é tão-somente visto como integrando o domínio das doenças, sendo mencionado sempre nos mesmos parágrafos e em seguida à listagem de outras doenças comuns entre a população da reserva. O "combate ao alcoolismo" é incluído na "programação setorial de saúde" do projeto e colocado no mesmo plano que outras medidas práticas (como o exame parasitológico de fezes, o saneamento básico, a melhoria na alimentação e nos padrões de higiene) que visam combater a verminose e a desintéria (p. 22). A análise sociológica é inteiramente substituída por um discurso biológico e preconceituoso: "A embriaguês tem ceifado muitos indivíduos (sic) e mutilado outros tantos" (p. 6), possivelmente compatível com as crenças morais e religiosas da planejadora.

Em seguida, o texto começa a indicar quais seriam as providências adequadas para o combate a essa "doença", listando sucessivamente o "apoio psicológico", a

terapia ocupacional", o "tratamento quimioterápico" e, por fim, "medidas de natureza administrativa, visando dificultar a obtenção de bebidas alcoólicas" (p. 22). Para as três primeiras atividades, o projeto inclui em sua equipe uma psicóloga, a ser contratada por um período de seis meses. Nem uma palavra é dita sobre se essa psicóloga deveria possuir algum conhecimento de antropologia ou um preparo elementar para lidar com indivíduos de outra cultura. A forma como se realizará esse "apoio psicológico" é descrita sucintamente: "Haverá um atendimento diário, a nível de entrevista terapêutica individual" (p. 20) (Ênfase minha JP). Quanto à terapia ocupacional, a planejadora explicita claramente que uma das funções da psicóloga é "preencher o tempo ocioso do índio", induzindo-o às atividades agrícolas, artesanais, escolares ou esportivas, (p. 20). A idéia básica é "combater o alcoolismo através do envolvimento das pessoas numa atividade produtiva de sustentação da comunidade", e a forma adotada parece ser a "visitação de choça em choça" procurando incentivar o exercício das atividades propostas (p. 20). Mais adiante é explicado que o "tratamento quimioterápico" consiste na administração de tranquilizantes, dirigida pela psicóloga (p. 20). Em um tal contexto, ao leitor não resta a menor dúvida sobre o caráter repressivo e policial das medidas de natureza administrativa mencionadas anteriormente de forma tão elíptica.

Diante de tais propostas, o que dizer? Não há justificativa alguma para a aplicação dessas técnicas convencionais da psicologia a situação de um grupo indígena que pensa e se comunica em sua língua materna, que continua a atualizar e partilhar coletivamente um sistema de crenças morais e religiosas. O universo simbólico aí configurado é desconhecido pela psicóloga, inteiramente referido a um outro conjunto de significações e a uma outra cultura. Não há possibilidades de comunicação real entre "médico" e "paciente", limitando-se o "tratamento" à imposição (assegurada pela situação de poder da psicóloga e dos brancos em geral) de um padrão exterior de saúde mental, um "aprendizado" superficial e puramente imitativo da conduta "equilibrada" valorizada pela equipe do projeto. Essa submissão da cultura indígena à cultura do branco (ou melhor, a segmentos específicos da cultura branca) viola flagrantemente os princípios básicos estabelecidos pelos antropólogos de respeito e de não ingerência face à cultura dos povos que estudam.

O projeto se propõe ainda a executar atividades no plano econômico que estão intimamente relacionados com o "combate ao ni-

coolismo" e a elevação das condições de existência dos indígenas. No Anexo II, a planejadora descreve como deverá se dar o funcionamento da cantina para atender às necessidades que os índios têm de mercadorias vindas de fora. Para isso a cantina funcionará uma vez por semana, aos sábados, das 7 às 12 horas, no mesmo horário de uma das duas feiras principais da região (Batinga) e antecedendo a outra (Santa Helena), que se realiza no dia seguinte. Impossibilitados de frequentar a primeira das feiras pela coincidência do horário, tal escolha reduz as necessidades e os meios de compra do índio para comparecer à segunda, pois já realizou antes os gastos da semana. Com isso, observa a autora, se "evitará em parte a saída dos índios para os centros de abastecimento de álcool" (p. 51).

Outros artifícios econômicos tornam-se necessários para o "combate ao alcoolismo". O objetivo é não apenas convergir para a cantina todas as demandas indígenas (onde obviamente o álcool não é uma mercadoria disponível...), mas ainda evitar que o índio tenha acesso ao dinheiro. A solução encontrada foi a criação de uma "moeda interna" à reserva, na qual todo o movimento da cantina deverá se dar com exclusividade. A justificativa para a implantação desse sistema monetário especial é simples e direta: Visa "diminuir o poder aquisitivo do índio fora do PI, evitando a compra do álcool" (p. 51).

Paralelamente, todos os ganhos obtidos pelos indígenas em transações com o PI (pagamento pela participação na "roça educativa", onde serão desenvolvidas - e assim ensinadas aos índios - novas práticas agrícolas - p. 53), com funcionários da FUNAI ou mesmo com visitantes, deverão ser convertidos em seu equivalente em "moeda interna", antes de serem entregues aos índios. É sugerido que até mesmo os auxílios e pensões aos ex-integrantes da GRIN, bem como aos aposentados, sejam devidamente pagos já em sua forma modificada, como "moeda interna". Preocupada com a falta de respaldo legal para essas medidas, a planejadora argumenta: "Esta não é uma medida nova, uma vez que a FUNAI é o órgão que tem a função de pagar os índios integralmente, inclusive os benefícios degenerativos do álcool" (p. 50).

Operando sem finalidades lucrativas, a cantina deveria favorecer globalmente o acesso dos Maxakali às mercadorias dos brancos, reduzindo os custos, atendendo às demandas na própria reserva e garantindo a lisura das transações. Esse último aspecto não seria de importância menor para a planejadora, uma vez que a cantina deveria ter finalidades educativas (p. 53), adestrando os índios no conhecimento das contas e das práticas comerciais.

Porém o autoritarismo que norteia todo o projeto impede que tais objetivos sejam atingidos. A cantina não está voltada para atender ao consumo (real ou desejado) dos índios, mas sim para um padrão compulsoriamente estabelecido pela planejadora. Dessa forma a cantina fornece regularmente aos Maxakali produtos dados como básicos e necessários - "gêneros alimentícios", "roupas", e "material de limpeza" (p. 51). (A inclusão desse último item corresponderia a uma preocupação do projeto de retirar fundamento ao estereótipo regional de que os índios seriam "imundos" (p. 7), ou significaria partilhar da mesma crença?). A aquisição dos demais artigos é indiretamente punida, sendo necessário ao índio fazer uma encomenda prévia e com pagamento adiantado (p. 51).

Se na cantina as pautas de consumo dos Maxakali não são respeitadas e existem outras alternativas comerciais na região, como o projeto pode evitar que os índios prefiram as feiras, onde o consumo pode ser diversificado e imediato? Mais uma vez entra em ação a perspectiva autoritária, inspirada mais em instituições tradicionais do Brasil rural (como o "barracão" e o sistema de "vales") do que em considerações antropológicas. O uso da "moeda interna" garante compulsivamente o funcionamento imutável da cantina, por mais baixo que seja o seu grau de eficácia no atendimento das demandas indígenas (e cabe notar que para o índio, como para o camponês, a visita às feiras possui igualmente função recreativa, informativa, social, política etc).

Mas se o índio prefere reduzir o consumo na cantina e adquirir produtos nas feiras, terá necessidade de proceder à conversão da "moeda interna" em dinheiro, prática proibida pelo projeto, mantendo-se apenas uma exceção para casos onde haja uma "autorização, por escrito, do Antropólogo e, na sua ausência, do Psicólogo" (P. 52). (Observar as maiúsculas! JP).

Estão hoje os Maxakali no "melhor dos mundos possíveis?" Custo a acreditar, embora minhas observações se baseiem apenas na leitura atenta de um projeto e não em um conhecimento de suas realizações práticas. O exercício coerente e integrado de uma "engenharia social" parece conduzir os índios a um estado de sujeição e passividade similar ao dos moradores do imaginário país de 1984 (Orwell) onde tudo se passa sob controle absoluto de um chefe soberano, que tudo prevê e dispõe. Qualquer margem de liberdade reservada aos indivíduos e ao exercício de suas escolhas culturais pode destruir o funcionamento articulado de toda a engrenagem. A obsessão de controle total vai tomando conta do Planejador, a ponto de propor que todos os artigos da cantina sejam marcados com o preço e a sigla FUNAI para evitar as revendas (p. 51)! Ainda que idealmente visto como destinatário dos benefícios do projeto, o Maxakali é considerado no plano das soluções práticas apenas como um virtual obstáculo à consecução das finalidades maiores da ação. A desconfiança que inspira é completa. Prevendo-se que haverá uma "certa resistência a essa inovação" (P. 52) (a moeda interna), o Antropólogo (com A maiúsculo, sem dúvida um ser onipotente e onisciente) recomenda que, "para evitar o saque", o depósito de mercadorias fique fora da reserva (p. 53)...

A utilidade de uma reflexão pormenorizada sobre esse projeto extravasa, a meu ver, a discussão concreta da situação dos Maxakali. Evidencia os perigos de uma "antropologia aplicada" que não leva em conta o índio enquan-

to ser cultural completo e ignora sua condição de agente histórico.

A utopia proposta que corresponde ao ideal da autora e de um segmento específico do mundo branco a que pertence - de melhorar o índio, livrando-o de seus vícios (o alcoolismo), tentando instilar nele o amor ao trabalho (terapia ocupacional) e incrementar a produtividade (impacto modernizante da roça educativa e de novas técnicas agrícolas), rapidamente se transforma em um verdadeiro pesadelo. O processo de compulsão que o índio sofre, com técnicas de adestramento e punição, nada tem a ver com a prática da antropologia, lembrando de fato apenas o mandonismo tradicional ou o laboratório de indigenismo presente na memória do famoso "capitão Pinheiro". E não é por acaso que essa utopia puritana, etnocêntrica, assimilacionista e autoritária vem aprovada pelo Cel. Nobre da Veiga que, a 11 de setembro de 1980, resolveu conceder-lhe nove milhões de cruzeiros.

Porantim - Dez.82.P03 a05



Depois de invadida e retalhada, a área tem agora placas à entrada



Apesar das agressões da sociedade nacional, os Maxakali conservam sua língua e seus rituais



# Fazendeiros de Bertópolis controlam os maxacalis

**O**s fazendeiros das áreas próximas à aldeia dos Maxacalis, no Vale do Mucuri, estão colocando armas nas mãos de seus empregados para impedir as invasões das propriedades e os roubos de animais. Um desses proprietários, o major PM reformado Manoel Santos Pinheiro, informou que nos dois últimos meses os índios roubaram e mataram 60 reses, "fato que foi comunicado ao secretário de Segurança, Bias Fortes, sem qualquer resposta até agora".

Manoel Pinheiro, juntamente com Laurindo Pereira Sena, e Valdevino Silva Cabral, os três de Bertópolis, estão tentando contato com os assessores do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, para uma audiência ainda esta semana, em Brasília. Pretendem conter todos os problemas que os fazendeiros estão enfrentando e apontar como principal culpado da situação a Funai.

Segundo Pinheiro, há mais de um ano o delegado da Funai não deixa Governador Valadares para uma visita à aldeia Maxacali. A reserva está entregue a

Funai, que não tem os meios necessários para controlar os índios.

"Vamos propor ao ministro uma medida adotada entre 1966 e 1972 com bons resultados: a intervenção da Polícia Militar na área para o restabelecimento da autoridade e da ordem entre índios e funcionários". Além disso, a comissão de fazendeiros de Bertópolis pedirá ao ministro Costa Couto autorização para que os proprietários coloquem seu gado nos pastos da reserva pelo sistema de aluguel. Pinheiro insiste que os criadores não estão sugerindo o arrendamento da terra, pois sabem que isso é proibido; cada cabeça de gado poderia representar, mensalmente, Cr\$15 mil para a manutenção da reserva, e esse valor pode ser multiplicado por mais de mil, que é a capacidade de ocupação das pastagens dos Maxacalis.

Não é a primeira vez que os fazendeiros, sob a liderança do mesmo major Pinheiro, fazem esta proposta ao governo. Ele diz que será no entanto a última, e se as autoridades não concordarem com essas sugestões, ou não apresentarem ou-

tra, o controle dos índios através da Polícia Militar, haverá conflito armado na região.

Pinheiro conta que, no período de intervenção da PM na reserva, os índios não bebiam ("hoje eles atacam o posto de alimentos para trocar cereais e latarias por cacheca"), cultivavam os 4 mil hectares da terra e pareciam felizes, convivendo muito bem com os moradores das comunidades próximas. Nos últimos 13 anos, no entanto, surgiram muitos problemas e o maxacali passou a ser visto, segundo as palavras do major e fazendeiro, como "um assaltante protegido pelo governo". Pelos seus cálculos, os índios mataram nestes anos mais de 1.500 reses dos pequenos proprietários, que representam o maior grupo nas áreas próximas à reserva.

Segundo Pinheiro, os fazendeiros de Bertópolis, Maxacalis, Santa Helena, Umbaraninha, Batinga, Santa Cruz da Vitória e de outras comunidades mantêm seus rebanhos sob a vigia de peões armados, durante o dia, e à noite guardam os animais nos currais com a proteção dos cães.

EM -02.10.85.P.13

## Fazendeiros ameaçam maxacalis

Entre a miséria de um lado e a ameaça de intervenção militar de outro, o drama dos índios maxacalis volta a se agravar no Vale do Mucuri, Noroeste de Minas. Liderando os fazendeiros da região, no município de Bertópolis — onde ficam as aldeias dos últimos remanescentes dos índios botocudos no País — o capitão reformado da PMMG, Manuel dos Santos Pinheiro, está tentando, junto ao governo federal, intervir na reserva da Funai.

O capitão que também é proprietário de uma fazenda ao lado da reserva dos índios, garante que somente assim os maxacalis deixarão de matar o gado da região para se alimentar. Já a Delegacia Regional da Funai em Governador Valadares informa o contrário. Segundo o delegado-substituto, Sivaldo Barbosa, os índios não estão passando fome, como alegam os fazendeiros, em função de abandono por parte da Funai.

Ele refutou também outra proposta feita pelos fazendeiros, de se permitir que estes criem seu gado na reserva maxacali, pagando aluguel para os índios, o que significaria exterminar a única coisa que eles ainda têm direito, que são as suas terras: "Como que os fazendeiros, ao mesmo tempo que alegam estar os índios famintos, matando seu gado para se alimentar, querem colocar este gado dentro da reserva, perto deles? Isto é o maior contra-senso que existe" — disse o delegado substituto.

Segundo ele, a intenção dos fazendeiros é simplesmente incriminar os índios para se verem livres deles e, assim, continuar gradativamente tomando-lhes a terra: "Não existe fundamento algum nas denúncias e propostas feitas pelo capitão. Ele, inclusive, foi chefe das reservas ali e os índios o detestam por isso. O que ele pretende, em síntese, é intervir novamente na região para reprimi-los covardemente, como fez no passado, quando chefiou a reserva".

Sivaldo Barbosa não concordou também com as denúncias de miséria absoluta entre os maxacalis: "Isto não é verdade. Há um ano e quatro meses, desde que assumimos a delegacia regional da

Funai, que não tem faltado alimentos aos índios. No último dia 20, nós levamos quase nove toneladas em alimentos e agasalhos para eles. Estamos desenvolvendo também um projeto agrícola nas duas aldeias, da Água Boa e do Pradinho, com a presença de um engenheiro agrônomo permanentemente entre eles. A Funai não os abandonou e muito menos os Maxacalis precisam de controle militar" — disse.

O representante da Funai em Minas ainda desmentiu duas outras informações prestadas pelo capitão Pinheiro. "Ele disse que os maxacalis não são culpados de todas as mortes de gado na região: "Tudo que acontece ali é culpa do índio. Só que os fazendeiros não conseguem provar isso". E acrescentou ser inverídico afirmar também que os maxacalis vivem embriagados, atualmente, em função da miséria em que se encontram: "Mesmo na trágica administração do capitão Pinheiro, eles já bebiam, vítimas que são do próprio confronto, em desigualdade de condições, com os brancos".

EM\_04.10.85

## PM de MG invade reserva e agride índios, diz Cimi

O representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em Minas Gerais, Luis Lobo, afirmou ontem em Belo Horizonte (MG) que, no último dia 25, quatro soldados da Polícia Militar de Bertópolis (MG) invadiram a reserva dos índios maxacalis (na região nordeste do Estado), atirando e agredindo com pedradas as mulheres e crianças da aldeia. Segundo Lobo, os índios reagiram com flechadas e tiros e os PMs acabaram fugindo. Não houve feridos com gravidade.

Lobo disse que os PMs alegaram ter recebido ordens do secretário de Segurança de Minas Gerais, Orsi Pimenta. O secretário negou que tivesse dado tal ordem e afirmou que "desconhece" o episódio.

Já o major Alcebiades Schmitz de Castro, do Centro Geral de Comando Operacional da PM mineira, disse que os índios estavam destruindo uma cerca da fazenda Baixa Verde, pertencente a Severiano Pereira Sena. Segundo o oficial, a PM foi chamada ao local pelo fazendeiro e os índios foram repreendidos pelos soldados, mas reagiram e passaram a agredir os policiais. O major disse ainda que a PM deu "apenas" um único tiro para o alto sem ferir ninguém.

O representante do Cimi pediu providências à Procuradoria Geral da República no Estado. A Funai nega que tenha autorizado a invasão da PM na reserva dos maxacalis.

FSP-02.12.89-P.04

# Freiras pedem que Tuma apure morte de índio

Belo Horizonte — As irmãs da congregação das clarissas franciscanas de Bertópolis, nordeste de Minas, vão encaminhar hoje ao superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, carta pedindo que seja investigada a morte do índio Osmino Maxacali, ocorrida naquele município dia 12 de janeiro, revelou ontem o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Minas, Fábio Alves dos Santos. Os índios maxacalis, da reserva Água Boa, onde morava Osmini, acreditam que ele foi assassinado a mando de fazendeiros da região.

Fábio Alves divulgou também carta enviada pelo presidente do Cimi, bispo Dom Erwin Krauter, e por mais dois bispos brasileiros, um peruano e um mexicano, ao juiz da 4ª Vara da Justiça Federal de Belo Horizonte, Eustáquio Nunes da Silveira, pedindo que sejam mantidos presos o grileiro Francisco de Assis Amaro e outros cinco acusados da chacina de três índios xacriabas, da reserva de Itacarambi, no norte de Minas, na madrugada de 12 de fevereiro. Os bispos pedem ainda a prisão de outros assassinos de índios que continuam impunes, conta Fábio Alves.

### Suspeitas

O índio Osmini Maxacali, 29 anos, desapareceu dia 12 de janeiro e foi encontrado morto três dias depois, dentro da fazenda de Valdir José da Costa, em uma estrada muito movimentada, segundo o representante do Cimi. Os índios suspeitaram de assassinato, mas o laudo do médico-legista não aponta a causa da morte de Osmini. Apesar disso, dois agentes da Polícia Federal que estiveram em Bertópolis a pedido das irmãs clarissas afirmaram não terem dúvidas de que não se tratava de assassinato e encerraram as investigações. Insatisfeitas com o trabalho policial, as irmãs resolveram pedir novas investigações a Romeu Tuma.

Fábio Alves lembrou que a suspeita das irmãs e dos índios maxacalis se deve a inúmeras mortes de índios que ficam sem apuração. Disse que, numa manifestação de protesto, os maxacalis decidiram enterrar o corpo de Osmini no próprio local em que foi encontrado, em vez de o levarem para a reserva. Nas duas reservas indígenas de Bertópolis — Água Boa e Pradinho — vivem 500 índios.

Os bispos, que se reuniram durante o carnaval em Taboão da Serra, São Paulo, no encontro de Evangelização da América Latina, decidiram encaminhar a carta ao juiz Eustáquio Nunes, por estarem preocupados com a possibilidade de novos conflitos entre índios e grileiros em Itacarambi. Segundo a carta enviada ao juiz, só a prisão dos culpados pela morte dos três índios mantém o clima de tranquilidade na região.

# Funai afirma que índios têm alimento

Os índios maxacali, do município de Bertópolis, no Nordeste de Minas Gerais, receberam, durante o último ano, mais de 30 toneladas de alimentos, entre eles leite em pó, farinha láctea e farinha de mandioca, repassados pela Fundação Nacional do Índio. A informação é do administrador regional da Funai em Governador Valadares, Lúcio Flávio Coelho, ao desmentir denúncias formuladas pelo Cimi, Conselho Indigenista Missionário, segundo as quais 18 índios teriam morrido por desnutrição.

Coelho explicou que os quase 700 maxacali vêm recebendo assistência do órgão tutor não só a nível de alimentação. "Os dois postos indígenas da Funai na área maxacali — Maxacali e Pradinho — possuem farmácia padrão com atendente de enfermagem, visitas médicas semanais à comunidade e atendimento odontológico prestado pela Faculdade de Odontologia de Governador Valadares".

Lúcio Flávio Coelho recordou ainda que as únicas mortes de índios em Minas Gerais em 1987 deveriam-se a conflitos de terras envolvendo integrantes da comunidade indígena de xacriabá e pistoleiros. Três índios morreram e a Polícia Federal já tem os criminosos sob custódia. Será a primeira vez que pistoleiros vão a júri por crime de genocídio.

Os maxacali possuem suas terras demarcadas mas têm um "corredor" que separa as duas aldeias onde a terra está titulada há mais de dez anos pela Ruralminas e que gera conflitos entre os índios e posseiros. "A Funai, junto ao Mirad e à Ruralminas vem tentando uma solução negociada e pacífica com vistas à desapropriação e reassentamento de colonos para que o território dos índios seja unificado", disse o administrador do Funai.

JB-11.03.87 - P.12

EM-05.01.87 - P.09

# Funai proíbe entrada de duas freiras em aldeia maxacali

BRASÍLIA — Duas freiras, representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), estão proibidas de entrar na área indígena maxacali, em Minas Gerais, porque pregam a desordem, a prática de furtos e, possivelmente, induzem os silvícolas ao consumo de bebidas alcoólicas.

Uma carta que informa não distribuída ontem pela Funai, em Brasília. A decisão de proibir o acesso das freiras Angela e Leila naquela área indígena foi tomada pelo presidente da entidade, Romero Jucá Filho, depois da Polícia Federal ter chegado as denúncias contra elas.

As freiras, segundo a Funai, moram há cerca de dois anos em Maxacalis, município situado nas proximidades da reserva indígena, estão a serviço da diocese de Teófilo Otoni—MG. Na reserva vivem cerca de 700 índios.

### Semana do Índio

Depois de eleger 1988 como o Ano Nacional da Cultura Indígena, o presidente da Fundação Nacional do Índio, Romero Jucá, acredita que, após três anos de governo Sarney, a população indígena, mais do que nunca, tem motivos para comemorar a Semana do Índio.

Para ele, apesar de todas as dificuldades

de enfrentadas pela Funai — este ano recebeu apenas 25% do orçamento solicitado — o órgão está efetivamente melhorando a qualidade de vida dos índios no Brasil que, nos últimos anos, tiveram mais de 20 milhões de hectares de terras demarcadas totalizando aproximadamente 32 milhões de hectares.

Segundo Romero Jucá, a Funai, com seus erros e acertos, é de fato a única entidade com responsabilidade institucional para cuidar da questão indígena e vem lutando para garantir ao índio um futuro melhor para si e para seus filhos e netos. Confirmando esta afirmação, Romero Jucá cita números bastante significativos para apenas dois anos à frente do órgão: reforma e construção de 104 novas escolas, totalizando 650 unidades; construção de 13 novas enfermarias e recuperação de outras 25, com um total de 116 mil consultas médicas e vacinação de 60 mil índios; garantia de colheita de 40 mil toneladas de grãos em mais de 35 mil hectares de terras plantadas e ainda a implantação da bovinocultura e da piscicultura em várias aldeias do País.

"Estamos resgatando os índios da condição de miséria absoluta à qual se viam relegados", afirma Jucá.

De acordo com o presidente da Funai,

o índio, hoje, sabe que é potencialmente rico e que não tem por que viver na miséria, se suas terras são ricas em minérios e madeiras, recursos naturais que podem ser perfeitamente explorados através de um processo disciplinado que não atente contra o meio ambiente. Para ele, é preciso garantir a fiscalização desta exploração através de um trabalho conjunto com o DNPM, no caso dos minérios, e do IBDF, no caso das madeiras. Acrescentou que considera um verdadeiro crime a realização de contratos de madeireiros e garimpeiros diretamente com os índios, sem a devida preservação cultural e ambiental.

Sobre a movimentação dos índios Caiapós, que exigem sua saída da presidência da Funai, Romero Jucá afirmou que todos têm o direito de expressar sua opinião, mas ressaltou que sua permanência à frente da entidade contraria muitos interesses em áreas indígenas. "Estamos numa democracia, e como há grupos que pedem a minha saída, há também uma expressiva maioria que prefere que eu fique onde estou. Meu mandato tem prejudicado diversos interesses, pois quem precisa vender uma imagem de desgraça do índio brasileiro no exterior para obter recursos fáceis evidentemente não gosta de ver a Funai mais forte e atuante", concluiu.

EM-24.04.88 - P.08

# Febre maculosa mata três indiozinhos em Bertópolis

Os carrapatos voltaram a atacar os índios maxacalis que moram na aldeia de Pradinhos, no município de Bertópolis, causando a morte de três crianças com idade variando entre 5 e 12 anos e forçando três adultos a procurar tratamento de emergência no hospital de Águas Formosas.

Segundo a médica Helena Faculty Barbosa, do setor de epidemiologia do Centro Regional de Saúde de Teófilo Otoni, "os três indiozinhos morreram de febre maculosa. Trata-se de uma doença grave, quando em crianças. Se não houver socorro médico urgente, com uso do "clorofenicol", acontecem as mortes. Em adultos, a situação é um pouco diferente. Mas, mesmo assim, se não houver tratamento de emergência com uso de antibiótico, poderá acontecer óbito também".

## Transmissão

"A febre maculosa, disse, é transmitida pelos carrapatos comuns. Mas ela existe apenas nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha é parte do Estado do

Espírito Santo. Não ocorre em qualquer outra parte do Brasil nem do mundo. Para transmitir a doença, o carrapato tem, em primeiro lugar, de ter sido hospedeiro dos ratos selvagens. Sem contato com estes roedores os carrapatos não transmitem a febre".

Explicou que "no dia 24 do mês passado, recebemos um comunicado de Governador Valadares informando alguns casos da febre maculosa entre os maxacalis. No dia seguinte, fui, com colegas do Centro Regional, à aldeia de Pradinhos. Após os exames clínicos que fizemos nos índios concluímos que três crianças morreram por causa do ataque dos carrapatos. Fizemos, então, treinamento de pessoas ligadas à FUNAI e até mesmo de índios, ensinando-lhes como deveriam administrar o clorofenicol para quem contraísse a febre. No dia 29, tornamos a voltar ao posto indígena e constatamos que a febre estava sobre controle".

"O que nos assustou, continua a médica, foram as precárias condições de moradias na aldeia do Pradinhos. A mi-

séria é total. Falta até água de melhor qualidade para os índios beberem. Se aparecer por lá algum tipo de doença contagiosa, poderemos ter uma verdadeira calamidade."

## Providências

"Entendemos, frisou, que aqueles índios não podem continuar como estão. Temos que tomar providências urgentes e sérias. A Funai, o Ministério do Interior e a Secretaria de Saúde de Minas precisam fazer alguma coisa para salvar aquela comunidade indígena. Faz de um estado em que vivem 16 mil índios da aldeia Águas Boas, que, por sinal, está muito próximo de Pradinhos, têm melhores condições de vida, porque dispõem de água boa para beber e usar. Eles adoecem menos".

Informou, também, que, "quando demos o treinamento para as pessoas administrarem o clorofenicol, em caso de novo surto da febre, explicamos que se o medicamento não estiver fazendo efeito é para levar os doentes para o hospital de Águas Formosas".

EM -07.01.88-P.06

# Meningite atinge uma indiazinha

Betânia, uma indiazinha de apenas sete meses pertencente à tribo Maxacalis, instalada no município de Bertópolis, na região de Governador Valadares, é uma das mais novas vítimas da meningite em Minas Gerais. No último dia 25 de agosto, a

criança foi internada em um hospital de Governador Valadares, apresentando sérios sintomas de pneumonia, e, após um dia de exames, os médicos do estabelecimento constataram que a criança apresentava a forma meningocócica da doença, somando-se aos outros 64 casos registrados no Estado, no período de 1º de janeiro a 30 de julho.

Inconformado com a chegada da meningite mesmo entre os Maxacalis, o coordenador do Conselho Indigenista Missionário, Fábio Alves dos Santos, criticou o descaso com que a Funai-Fundação Nacional do Índio vem tratando a população indígena do País, particularmente os da tribo Maxacalis. Segundo o coordenador, os índios da tribo Maxacalis vivem "em situação de completa penúria, sem a mínima assistência médica ou saneamento básico, convivendo em um estado de completa desnutrição". Santos teme, também, que o registro da meningite meningocócica na pequena Betânia seja um início de que a tribo venha a conviver com um possível surto de doença.

"Até agora a Funai não tomou nenhuma providência para propiciar condições mais dignas de vida para os índios daquela região, e não há nenhuma garantia de que a doença não tenha contaminado outros índios", afirmou o coordenador do Cimi. Não poupando críticas à Fundação Nacional do Índio, Santos lembrou que a precária condição de sobrevivência dos Maxacalis já vem sendo alertada pelo Conselho desde o ano passado, quando diversos membros da tribo apresentaram sintomas de sarampo, tuberculose ou febre maculosa.

A aldeia está toda em estado de profunda debilitação, pois as condições de sobrevivência são muito ruins, sem qualquer assistência por parte da Funai", salientou o coordenador. A tribo Maxacalis possui hoje 606 índios, e vem convivendo com um alto índice de mortalidade. Segundo informou Santos, em apenas 19 meses, 27 membros da comunidade morreram, o que ele acredita ter sido consequência do precário estado de desnutrição dos índios. "É um completo genocídio, que já vitimou quase cinco por cento de todos os membros dos Maxacalis", descreveu Santos, cobrando sempre uma posição "mais digna" da Funai em relação aos índios.

## Caso já notificado

O coordenador do Cimi não soube prestar maiores informações sobre o estado de saúde da pequena índia, mas adiantou que a criança continua internada, em Governador Valadares. Na Secretaria de Estado da Saúde, a informação obtida ontem foi de que o caso da indiazinha já havia sido comunicado aos técnicos do órgão, que estariam obtendo maiores esclarecimentos sobre o acontecido. Na próxima semana, a secretaria já deverá ter decidido qual a atitude tomar diante do registro de mais um caso de meningite, dessa vez no restrito grupo dos Maxacalis.

## Grileiros ameaçam matar religiosas entre os Maxakali

Duas missionárias do Cimi que atuam junto aos índios Maxakali, localizados no município de Bertópolis, nordeste de Minas Gerais, estão sendo ameaçadas de morte por fazendeiros que ocupam ilegalmente as terras desse povo. As duas missionárias, as irmãs Leila Mamed David e Maria Angela de Matos, são acusadas de incitar os índios a roubar o gado de fazendeiros.

A promessa de morte foi feita pelo proprietário Valdo Miranda, em uma venda de Santa Helena, vilarejo localizado próximo às terras maxakali e onde vivem as irmãs. Segundo elas, peças estranhas têm rondado ultimamente durante a madrugada a casa onde vivem. Até mesmo o motorista que as leva para a área indígena foi ameaçado de morte se continuar a transportá-las.

Porantim - Abril 90  
(...)



## Índios querem 2 milhões do Incria

Lutando há anos para reaver uma faixa de terra de três mil hectares, entre os distritos de Pradinho e Água Boa, no Município de Bertópolis, seis índios Maxakali passaram ontem por Belo Horizonte, na tentativa de obter do Incria a liberação de uma verba de NCz\$2 milhões para indenizar os fazendeiros que ocupam aquela área. Eles estiveram também em Brasília, onde foram dar "uma força" aos índios Yanomani, que estão lutando pela retirada de 40 mil garimpeiros de suas terras, pelo fechamento de todos os aeroportos clandestinos da região, pela demarcação de seu território em caráter definitivo e por atendimento médico de emergência.

Os Maxakali, que em BH foram representados por Guigui, Júlio, Carmino, Geraldo, Roberto e Tintin, estão revoltados com a falta de interesse das autoridades na solução de seu problema. A luta por mais terras já provocou a morte de alguns deles. Eles disseram que os fazendeiros de Pradinho e Água Boa, mesmo não tendo posse legal da terra, praticam toda sorte de selvageria contra eles. E disseram: "Não estamos dispostos mais a

aceitar essa covardia contra nossa gente". Os fazendeiros, seguindo eles, contam com apoio do antigo presidente do Serviço de Proteção ao Índio, Major Pinheiro, porque foram "eles que lhes deram as terras que possui".

Ao todo, são onze as fazendas situadas entre Pradinho e Água Boa, área denominada "corredor das vacas". Os maxakali não aceitam mais viver em terras descontínuas. E denunciavam os fazendeiros que não os deixam caçar, nem pescar no rio Imburana, que corta as melhores terras.

A reunificação das terras de Água Boa e Pradinho é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos 600 índios Maxakali que ainda restam naquela área. Eles asseguram que muitos fazendeiros que exploram as suas terras com pecuária nem sequer moram lá. O Major Pinheiro, por exemplo, reside em Belo Horizonte, e, no entanto, é o "maior protetor dos fazendeiros", segundo denunciaram os sete índios Maxakali que ontem estiveram na redação do ESTADO DE MINAS, a fim de pedir o apoio de todos os mineiros à sua causa.

EM-16.09.89-P08

### DIA DO ÍNDIO

## Denúncias de massacres

O Conselho Indigenista Missionário - Cimi - realizou ontem - Dia do Índio - a partir das 15 horas, na escadaria da Igreja de São José, um ato público de protesto e denúncia "do verdadeiro genocídio que está sendo cometido em Minas Gerais contra as nações indígenas", conforme avaliou o vice-presidente da entidade, Fábio Vilas. Com a participação de cerca de trezentos alunos da Escola Municipal Geraldo Teixeira da Costa e da Fundação de Ensino de Contagem, a manifestação teve por objetivo denunciar a omissão do governo do Estado e da Fundação Nacional do Índio - Funai - quanto aos problemas que afligem os 5.500 índios das quatro tribos existentes em Minas Gerais - Krenak, Maxakali, Xakriabá e Pataxó.

sado, e quatorze durante o ano passado, além de dez assassinatos de adultos da tribo por questões ligadas à demarcação das terras indígenas. "Os krenaks e maxakalis ainda têm que conviver com uma sistemática invasão de suas terras, determinada pelos fazendeiros vizinhos", completou.

A área dos 600 índios maxakalis, que, como a dos krenaks, ainda não foi demarcada, está localizada no Vale do Mucuri, no município de Bertópolis. Atualmente, ela se encontra dividida em duas por uma fazenda, cujo proprietário, segundo denunciaram os índios, impede o acesso da tribo ao único rio da região, dificultando sua sobrevivência.

"Os maxakalis dependem da pesca, e o fazendeiro tem impedido a ida ao rio, colocando jagunços de prontidão nos limites das terras indígenas e bambus fincados no leito do rio", explicou Fábio Vilas. Ontem, os manifestantes divulgaram uma campanha, levada a efeito pela Cimi, Comissão Pastoral da Terra,

União das Nações Indígenas e mais trinta entidades sindicais, associações de profissionais liberais e federações de trabalhadores na agricultura, "pela unificação da área dos maxakalis".

O Cimi apresentou à Funai as conclusões de um estudo para a solução dos problemas de demarcação das áreas dos krenaks e maxakalis. Segundo a entidade, bastaria à Funai reunificar as áreas Água Boa e Pradinho para que os problemas da tribo deixassem de existir, e os índios de serem assassinados. Quanto aos krenak, bastaria a desapropriação de 59 fazendas localizadas no Vale do Rio Doce, mais especificamente, no município de Resplendor, com a devida indenização, que os índios concordariam com a redução de sua área, dos 3.983 hectares originais, para 1.806. Hoje, os índios ocupam apenas 128,8 hectares às margens do Rio Doce. "Bastaria um real interesse dos governos estadual e federal, que a solução para o problema seria encontrada", resumiu o presidente do Cimi.

DT-200489

"Os índios são vítimas do descaso da Funai, que não se preocupa em garantir as condições mínimas para sua sobrevivência", afirmou Fábio Vilas, ao denunciar a morte por subnutrição de dez crianças maxakalis no ano retra-

**Documento de Compromisso**  
**As autoridades constituintes e as comunidades indígenas**

As nações indígenas PATAXÓ, MAXACALI, XAKRIABÁ e KRENAK, presentes ao "I CONGRESSO INDÍGENA DE MINAS GERAIS", passam a formular as suas principais reivindicações, decorrentes das várias discussões havidas no curso do referido Congresso, na expectativa e na esperança de serem as mesmas encaminhadas e definitivamente solucionadas pelos Governos da União e do Estado de Minas Gerais, através respectivamente da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Secretaria do Trabalho e Ação Social do Estado de Minas Gerais e Fundação Rural Mineira-RURALMINAS, Secretaria de Segurança pública e Poder Judiciário:

**I — Dos Pataxó**

- 1.1 — que a FUNAI reconheça a "Fazenda Guarani", situada no Município de Carmésia, neste Estado, como área de ocupação definitiva e permanente da comunidade indígena Pataxó;
- 1.2 — que seja efetivado pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais — CEMIG, o pagamento de indenização na forma de um trator e de garantia de fornecimento gratuito de energia elétrica para a comunidade, pela servidão de passagem de rede elétrica que atravessará a área indígena;
- 1.3 — elaboração e apresentação, pela FUNAI, de projetos de apoio econômico, ouvida a comunidade indígena.

**II — Dos Maxacali**

- 2.1 — unificação imediata das áreas indígenas "Água Boa" e "Pradinho", ilegalmente separadas por fazendas responsáveis pela morte de inúmeros membros da comunidade indígena, através de:
  - 2.1.1. — levantamento etno-histórico da comunidade, para comprovação dos limites da área de seu território;
  - 2.1.2. — levantamento topográfico da área reivindicada pelos Maxacali a ser realizado pela RURALMINAS, FUNAI e INCRA;
- 2.2. — Medidas concretas do Poder Judiciário e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, visando desarmar o inquérito policial relativo ao assassinato do índio Alcides Maxacali, bem como providências enérgicas no sentido de desarmar os fazendeiros invasores da área indígena, constante ameaça na região;
- 2.3. — que a FUNAI extinga na cantina existente na área indígena, o uso indesejável e prejudicial, do "dinheiro branco", utilizados como remuneração à força de trabalho dos índios;
- 2.4 — que a FUNAI promova a perfeita adequação da cantina, nela colocando alimentos e roupas e demais objetos de acordo com a necessidade e solicitação dos índios;

**III — Dos Malinlé**

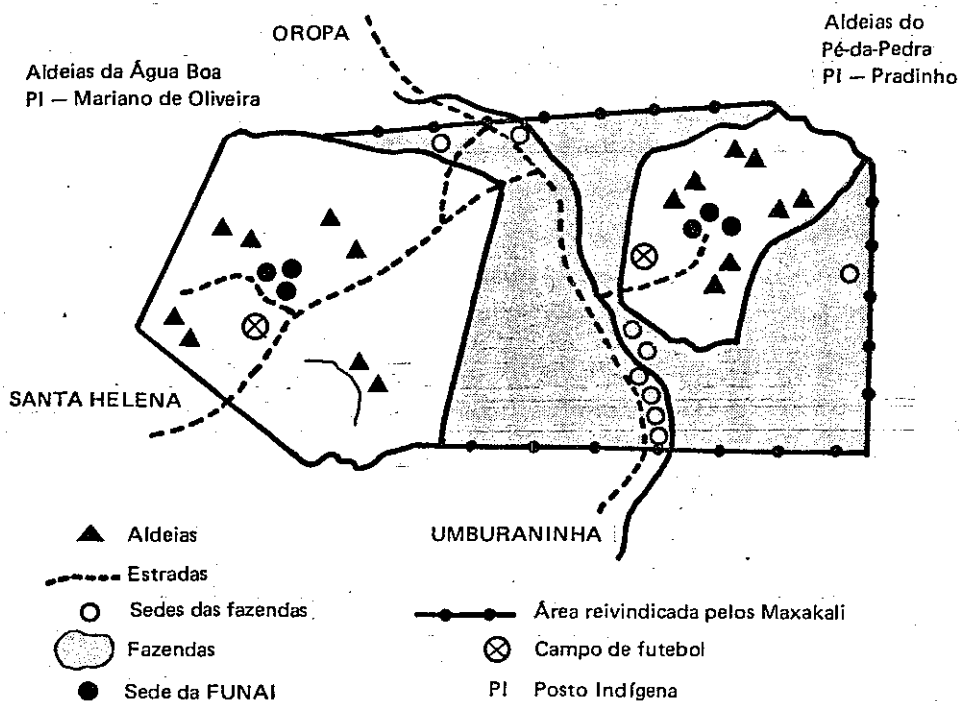
- 3.1. — que em virtude da área posseada pelos Xakriabás estar demarcada, de há muito, seja imediatamente submetida, por força de lei, à homologação pelo Sr. Presidente da República e seu conseqüente registro no Serviço de Patrimônio da União e no Cartório da localidade do imóvel; que a área de Rancharia seja reconhecida como área indígena;
- 3.2. — que seja definitivamente afastado o problema da falta d'água nas comunidades indígenas situadas nas localidades de: Morro Falhado, Sapé, Santa Cruz, Catinguinha, Tiririca, Veredinha, Riacho do Brejo e Barreiro Preto, com a abertura pela FUNAI de poços ou cisternas, medidas reiteradamente solicitadas pelos ocupantes indígenas;
- 3.3. — que seja fornecida pela FUNAI, um trator e um tratorista para:
  - a) um melhor desenvolvimento da produção agrícola;
  - b) manutenção das estradas que possibilitem o escoamento da referida produção;
- 3.4. — que a FUNAI exerça o seu poder de polícia impedindo o comércio, na área, de bebida alcoólica, em especial a cachaça, independentemente das sanções previstas na Lei nº 6.001 de 19/12/73 — Estatuto do Índio;
- 3.5. — que a FUNAI auxilie subsidiando a implantação de "oficinas de farinha";
- 3.6. — que a FUNAI promova a imprescindível assistência médica e educacional bilíngüe na área.

**IV — Dos Krenak**

- 4.1. — que o Governo do Estado de Minas Gerais e a FUNAI agilizem o processo declaratório de nulidade de títulos de propriedade incidentes na área, emitidos ilegalmente pela RURALMINAS, viabilizando a entrega livre e desembaraçada das terras aos seus legítimos possuidores em respeito a mandamento constitucional;
- 4.2. — que seja fornecida pela FUNAI um trator e um tratorista para as demandas agrícolas da comunidade;
- 4.3. — que seja fornecida pela FUNAI uma máquina de limpar arroz e o fornecimento de sementes para plantio;
- 4.4. — que a FUNAI resolva definitivamente o angustiante problema do transporte da comunidade na região, dotando-a de um barco com motor para a travessia do rio Doce;
- 4.5. — que a FUNAI assuma seu dever de assistência de saúde e educacional bilíngüe para toda a comunidade.

## Proposta dos Maxakali:

# REUNIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE ÁGUA BOA E PRADINHO



TRECHOS DA CARTA DOS CACIQUES MAXAKALI ENTREGUE A MÁRIO JURUNA - 1983

Aldeia Maxakali, 1<sup>o</sup> de agosto de 1983

Exmo. Sr. Deputado Mário Juruna,

Os índios quer terra. Negro quer terra também. Pobre quer terra também. Por que fazendeiro quer terra só para ele? Fazendeiro tem que comprar terra para ficar com família dele. Ele quer muita terra e não deixa pessoal trabalhar para tratar dos filhos e da mulher dele. Como é que fazendeiro tá usando a terra? Não deixa plantar. Pobre quer fazer roça e horta e leva pé na bunda e ele fica com a roça. Ele não trabalha, mas come. Por que a gente come? A gente planta e come. Ele come também. O fraco quer comer também. Mas o rico não trabalha. O pobre não é lagarta, não é sapo, não é bicho. Nós tudo é filho de Deus.

Não pode fazer assim não. Por que que mata um irmão? MATOU UM IRMÃO, MATOU UM FILHO DA TERRA! Os índios quer viver. Brasileiro quer viver também. Negros quer viver também. Como nós bebe água? Quem ensina beber água? É Deus. Quem ensinou fazer cacimba? É Topá. Quem ensinou falar? É Deus. Quem deu miolo a João Tintin para aprender falar? Foi Deus.

Agora nós queremos justiça para nós. Deus deu vento, ar para nós respirar. Quem conserta nós é o médico. Ele trata porque Topá ensinou.

*Por que civilizado tá aprendendo fazer comida? É Deus que ensina. Sem ele não faz. Por que faz penela para cozinhá banana, comida? Por que nós nasceu? E por que brasileiro nasceu também? O índio nasceu primeiro. Depois o civilizado. Nasceu depois do índio. Por que brasileiro mata irmão? Tá errado. Se um índio matar brasileiro tá errado. Os índios tá certo : nunca matou brasileiro. Tem cabeça com cabelo e miolo. Nós é irmão de Deus. Não pode fazer assim. Por que corre sangue igual em toda veia? Por que o branco tem cinco dedos? Os índios tem cinco. Nunca passou. Se tem dez, é bicho. Nós são irmão. Como é que brasileiro mata irmão? Não pode matar irmão. Tem que ser irmão.*

*Por que brasileiro mata os índios? Por que brasileiro tem cabeça e não tem miolo? Os índios tem miolo, nunca matou brasileiro. Índio tem dois pé. Brasileiro tem dois pé. Índio não é bicho. Nós somos irmão filhos de Deus. Quem fez nós? Topá. Quem fez fazenda é Topá, não foi fazendeiro. Quem deu língua prá nós, saber falar, ler, escrever? Foi Topá. É ordem de Topá. Quem vai querer justiça? Negro quer justiça: tem muito negro sofrendo também. Vai carregando lenha na cabeça. Fazendeiro toma. Nós vai comer capim? Topá dá semente. Topá dá nós prá fazer plantio, dá ordem prá colher semente para nós vender e tirar ordenado nosso. Nós vende para brasileiro os artesanato. Quem deu é Deus. Topá que deu cabeça ao índio para fazer tudo sem errar. Por que Topá mandou nós criar galinha? Quem manda nós usar roupa? Deus. Por que tem amigo que dá roupa ao índio? É Topá quem manda. Por que índio vai trocar artesanato por roupa para levar para filho dele? Para não usar tanga. Quem fez o mundo? Quem fez a Terra? Quem fez a luz do civilizado? Foi Deus. Deus fez serviço do civilizado e fez serviço do índio diferente. Como é que o índio faz casamento? Civilizado vai na Igreja e fala com Topá. Índio vai no cacique e fala com ele. E vai casando. Cada um de um jeito.*

*Pelo amor de Deus, nós não temos banco. Tira dinheiro é do trabalho e terra boa. Agora pobre não tem ajuda.*

*Por que tá judiando tanto?*

*Quem ensinou ser mecânico, motorista, tratorista. Foi Deus. Alguém aprendeu sozinho? Ninguém. Topá manda tudo. Se nós fica sozinho fica sozinho. Fica rouco que nem sapo sem nada. Nós, negro, índio, cigano, japonês, tudo nasceu de Deus. Nós saiu ensinando porque Deus ensinou. Ensinou o médico do índio. Pajé para curar doença. 1920 o índio não morria assim à toa. Morria de mordida de cobra. Índio cura doença de índio com raiz do mato. Os índios trata pela raiz do mato. Todo índio sabe raiz do mato para curar doença. Índio tem muita fruta para comer. Genipapo. Coquinho. Os índios come ingá e tem muitos outros fruto. Civilizado quer comer. Pobrezim quer comer bem. Fazendeiro não deixa trabalhar. Ele vai correndo para cidade para tratar filho dele. Os índio tá ajudando o pobrezim. São irmão.*

**NÓS TÁ PROCURANDO O DIREITO NOSSO.**

*Nós tá querendo que o povo dá apoio para ajudar nós resolver problema nosso. Porque nós tá sofrendo muito dentro da aldeia.*

KELEZIM MAXAKALI  
JOÃO TINTIN ANTÔNIO MARIANO MAXAKALI  
CARMINDO MAXAKALI

# Os Direitos dos Povos

## Indígenas na Constituição



**A**

Constituição da República Federativa do Brasil estabelece direitos aos povos indígenas através de oito incisos e parágrafos que constam de diferentes Títulos, de um Capítulo específico "Dos Índios" no Título "Da Ordem Social" e de um artigo que integra as "Disposições Constitucionais Transitórias". As referências constitucionais aos direitos indígenas são as seguintes:

### NO TÍTULO III – "DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO" Capítulo II – "Da União"

- Art. 20 - São bens da União:  
XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:  
XIV - populações indígenas;

### NO TÍTULO IV – "DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES" Capítulo II – "Do Poder Legislativo" Seção II – "Das Atribuições do Congresso Nacional"

- Art. 49 - É da competência exclusiva do Congresso Nacional:  
XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

### NO TÍTULO IV – "DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES" Capítulo IV – "Do Poder Judiciário" Seção IV – "Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais"

- Art. 109 - Aos juizes federais compete processar e julgar:  
XI - a disputa sobre direitos indígenas.

### NO TÍTULO IV – "DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES" Capítulo V – "Das Funções Essenciais à Justiça" Seção I – "Do Ministério Público"

- Art. 129 - São funções institucionais do Ministério Público:  
V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

### NO TÍTULO VII – "DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA" Capítulo I – "Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica"

- Art. 176 - As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- § 1º - A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que estabelecerá as condições quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.



**NO TÍTULO VIII — “DA ORDEM SOCIAL”**  
**Capítulo III — “Da Educação, da Cultura e do Desporto”**  
**Seção I — “Da Educação”**

Art. 210 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos va-

lores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 2º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

**Seção II — “Da Cultura”**

Art. 215 - O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

**NO TÍTULO VIII — “DA ORDEM SOCIAL”**  
**Capítulo VIII — “Dos Índios”**

Art. 231 - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e disponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º - É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, “ad referendum” do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º - São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

§ 7º - Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Art. 232 - Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

**NO “ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS”**

Art. 67 - A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

Comissão Pró-Índio de São Paulo — (011) 864-1180

## SECRETARIA DE AÇÃO PELA CIDADANIA

A Secretaria de Ação pela Cidadania Indígena em Minas Gerais, nasceu após longa convivência com os problemas vividos pelos quatro Povos Indígenas deste Estado. Esta convivência ajudou-nos a ver com clareza, atrás das reivindicações, das defesas da terra, das denúncias A LUTA PELA VIDA POR PARTE DESTES POVOS, que tidos como extintos várias vezes, teimavam em apostar no futuro!

Mais do que uma resistência, nestas ações apareciam uma enorme sede de viver, o apelo e exigência de solidariedade. Assim durante a Semana do Índio de 1990, juntamente com representantes dos Povos Pataxó e Krenak foram dados os primeiros passos para o início da Secretaria, a exemplo do que vem acontecendo a nível nacional.

O objetivo da Ação pela Cidadania é A DEFESA DOS DIREITOS INERENTES À CIDADANIA MEDIANTE A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O CUMPRIMENTO DA LEI.

Pretendemos com isso:

- Fazer valer os direitos dos índios assegurados na Constituição Federal.
- Articular e somar forças para apoiar a luta dos Povos Indígenas neste Estado.
- Assegurar aos índios o exercício da Cidadania.

Temos convicção de que a continuidade dos Povos Indígenas é uma questão política do Estado e da sociedade brasileira. Cabe à sociedade civil assumir sua parcela de responsabilidade quanto ao reconhecimento e cumprimento destes direitos. Buscando uma ampla participação da sociedade civil a Secretaria de Ação pela Cidadania é apartidária e aberta a todos que desejarem fazer valer os direitos indígenas expressos na Constituição Federal Brasileira.



## Material consultado

Para montar este dossiê o CEDEFES consultou:

- Arquivo do Cimi Leste.
- Arquivo do CEDEFES.
- o livro: Índios Maxakali: resistência ou morte, escrito por Marcos Magalhães Rubinger, Maria Stella de Amorim e Sonia de Almeida Marcato, publicado pelo Interlivros, em 1980.
- o livro: A luta dos índios pela terra, publicado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreire da Silva - CEDEFES, em 1987.
- a cartilha: Maxakali na luta pela vida, publicado pelo CIMI, CPT e Grequi, em 1984.
- Jornal Porantim.
- Jornais: .Estado de Minas  
.Folha de São Paulo  
.Jornal do Brasil  
.Diário da Tarde

### TELEFONES PARA CONTATOS E INFORMAÇÕES:

- \* 332 7480
- \* 461 2499
- \* 222 9911
- \* 344 8518
- \* 461 8524